

A CIDADE E SUA PAISAGEM

Profa. Dra. Paula da Cruz Landim*

A CIDADE E SUA PAISAGEM

Pode-se afirmar que dentre os espaços construídos pelo homem, a forma mais importante é aquela referente ao ambiente construído para seu uso mais constante e diário, o abrigo de seu grupo social, ou seja, as cidades. Desde as pequenas vilas, com a paisagem ainda estruturada em grande parte pelo ambiente rural, até a grande cidade, onde o homem no seu cotidiano está habituado a um horizonte completamente edificado.

Como objeto de análise, a cidade pode ser encarada sob variadas formas. Sob um aspecto, é um conjunto de imagens, e sob outro, é definida como unidade estatística e espacial. Porém são justamente estas diferentes formas de se abordar o espaço urbano que subsidiam as perspectivas para a compreensão e resolução de muitos dos problemas urbanos contemporâneos.

Entre as formas de aglomeração humana, existem mais do que simplesmente suas dimensões e funções. Trata-se de espaços que, para o homem, diferem em qualidade e significação. Assim Santos, (Figura 1A) a mais importante cidade portuária brasileira apresenta uma urbanização compatível com a dinâmica do contato constante com o exterior, enquanto Óbidos, em Portugal, (Figura 1B) uma cidade medieval preservada, apresenta características que poderiam ser consideradas obsoletas pelos padrões atuais, mas que representam uma vivência passada, assim como Parati, RJ ou Ouro Preto, MG, são representantes dessa última realidade.



Figura 1A: Santos, SP



Figura 1B: Óbidos, Portugal

Muito embora a cidade também possa ser encarada como um horizonte geográfico, ela não é apenas um panorama para ser visto. A cidade é constituída basicamente por estruturas morfológicas, arranjos organizados de volumes, sub-parcelamentos que expressam formas de acesso e propriedade; situadas em um determinado suporte físico. Os espaços edificados (residências, edificações institucionais, comerciais, e industriais entre outros), e os denominados espaços livres (ruas, avenidas, jardins e praças entre outros), constituem essa estrutura morfológica e volumétrica.

A função básica dos espaços livres é justamente possibilitar a circulação na cidade. Ou seja, em última análise, os espaços livres são um elemento de aglutinação entre os diversos tipos de espaços edificados, permitindo assim também a apreensão, compreensão e uso da forma urbana. Os espaços cheios são percebidos a partir dos espaços vazios, numa relação dialética onde um constrói o outro. A cidade flui por seus espaços vazios. A cidade como realidade é o espaço da rua, vista como centro e cenário da vida cotidiana. A rua é um ponto de fixação do homem ao seu universo urbano, ponto de onde vivencia a cidade, seu espaço concreto e familiar. E esta rua, apesar de aparentemente ser um espaço bastante ordinário, dependendo de sua dimensão ou de seu calçamento, ou de seu uso, pode variar enormemente. Uma rua estreita e sinuosa, repleta de veículos, pessoas, sons e odores, diferem de uma avenida larga e bem arborizada. (Figuras 2A e 2B) A maneira como percorremos esta rua, se como pedestres ou de automóvel, a que hora do dia, também nos trará uma noção diferente deste espaço.



Figura 2A: Rio de Janeiro, RJ



Figura 2B: Porto Alegre, RS

Às edificações e aos espaços livres, associa-se o suporte físico, a vegetação, e os elementos de publicidade, que concorrem para a estruturação e qualificação do ambiente. Assim a paisagem urbana configura-se e qualifica-se basicamente através destes elementos: o suporte físico, ou seja, o relevo, o solo, o subsolo e as águas com sua dinâmica, a cobertura vegetal original ou não, do sítio, as estruturas urbanas ou massas de edificações e sua relação dialética com os espaços livres, o uso do solo, os loteamentos, e ainda o clima com suas alterações de ciclo diurno/noturno e as estações do ano. Contudo a paisagem urbana não é delimitada apenas por estes elementos. A paisagem urbana é uma imagem, uma criação mental e social, está na mente das pessoas, nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos, e entre estes e os elementos acima citados. A paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons.

A produção e construção da paisagem urbana variam de acordo com as técnicas, modos de produção e ainda de acordo com as relações sociais e culturais vigentes em cada período. Assim sendo, a cidade e sua paisagem não se apresentam apenas por seus aspectos formais e construídos, tais como praças, casas, jardins e avenidas entre outros. A cidade é fruto de um contexto social, e caracteriza-se também nas relações de uso e apropriação dos espaços construídos estabelecidas pelos usuários deste cenário urbano, fazendo com que a cidade se transforme em uma fonte geradora de estímulos perceptivos para quem a habita, entendendo por percepção basicamente a capacidade de se gerar informação nova e diferenciada a partir dos elementos percebidos. Assim, cada espaço é

entendido a partir das informações que se tem sobre ele, criando uma relação de interdependência entre o espaço e a informação. A apreensão de cada espaço ocorre através das formas de apropriação que se faz do mesmo. Portanto, todo espaço edificado é identificado por determinadas características que compõem sua particularidade, transformando-o num **LUGAR** para aquela comunidade que o habita. Estas características são resultado do domínio e da utilização, por parte dos habitantes, dos elementos naturais, tais como clima e topografia, de acordo com suas necessidades, por exemplo, moradia, circulação, lazer, e trabalho, e ainda também resultado de sua cultura.

Assim as atividades de uma população neste espaço, a cidade, geram padrões espaciais, requerendo formas arquitetônicas, que, por sua vez, vão influenciar estas mesmas atividades. Entretanto esta questão é um processo complexo, devido em parte ao fato de que os elementos que compõem e definem a paisagem urbana se alteram ou persistem em função dos usos que lhes são atribuídos. A forma urbana seria então considerada um produto de forças emergentes associadas às relações de produção e atividades reprodutivas entre si, e com grupos sociais definidos. A estrutura urbana pode ser entendida como resultado de um processo individual, particular, de tomadas de decisões que pode perfeitamente ser entendido em termos cognitivos.

O conceito de espaço, no sentido arquitetônico, tem sido acrescido em suas definições baseadas em sua dimensionalidade e morfologia, e sido considerado como um conjunto de percepções que levam o indivíduo ao conhecimento de seu entorno. Estas idéias, referentes à percepção do espaço, têm se refletido no estudo do espaço urbano pela arquitetura, onde duas noções são levadas em consideração: a percepção do meio ambiente, entendida como o processo pelo qual as pessoas atribuem significado ao meio ambiente e a percepção do ambiente urbano, entendida como a assimilação de um esquema perceptivo da paisagem urbana. Desta forma, o estudo destas diversas relações pode levar a uma melhor compreensão da cidade, fornecendo subsídios projetuais para uma melhora na qualidade de vida urbana.

A cidade, através de sua paisagem, é então, para quem vive naquele espaço, uma fonte de percepção, através dos elementos que a compõem. Sendo que, a paisagem urbana, para o usuário, seria mais do que simplesmente a configuração morfológica da cidade, concorrendo para a sua formação, além dos elementos físicos, outros de natureza perceptiva.

A cidade é uma das resultantes da ação da sociedade sobre um meio físico. Ao produzir e utilizar o espaço urbano, este se configura numa espécie de um retrato, um espelho no qual esta sociedade se reflete. Ou seja, sua história, sua cultura, seu meio de produção, seu estágio técnico e tecnológico, a divisão de classes, a luta pelo poder entre outros fatores estão espelhados nesta configuração espacial. As sociedades mudam ou evoluem ao longo da história, assim como mudam as condições físicas na superfície do planeta. Essa injunção de história-sociedade e meio físico, gera uma diversidade de soluções, uma diversidade de formas urbanas. As cidades constroem-se, mudam e diversificam-se através de dois vetores, o espacial, que corresponde ao território e o temporal, que corresponde à história. E ainda, a paisagem que se apresenta num determinado momento, reflete a história desta relação homem/meio ambiente.

A cidade é portanto resultante dos agentes econômicos, sociais, técnicos e culturais, que produziram esta cidade num determinado momento no tempo, na história, num

determinado contexto espacial. Entretanto a cidade somente pode ser reconhecida e caracterizada através da sua paisagem, que, todavia, atualiza-se em função dos usos que são atribuídos aos lugares urbanos.

Por outro lado, entendendo a paisagem urbana como a relação de usos que se faz do espaço arquitetônico, entende-se também que atividades econômicas distintas irão por sua vez gerar paisagens distintas.

A paisagem pode ser entendida como as relações entre o homem e o meio ambiente. Desta forma, o espaço, entendido como campo de trabalho da paisagem, pode ser definido como um reflexo desta relação homem/meio ambiente, e a cidade por sua vez, pode ser considerada como o maior exemplo de como o homem interage com o meio ambiente. Em resumo, a paisagem seria resultante dos processos naturais, o meio ambiente, e das condicionantes sócio-econômicas e culturais, o homem. A paisagem não é nem totalmente natural, nem totalmente artificial. Ela é resultante duma transformação da natureza pelos seres humanos para servir às suas necessidades.

Sendo a construção de cidades uma das maiores criações humanas, suas formas tem sido e sempre serão um indicador do estágio de civilização de uma sociedade. Sua forma é determinada pela multiplicidade de decisões tomadas pelas pessoas que nela vivem, e, em determinadas circunstâncias, estas decisões interagiram para produzir uma força de tamanha clareza e forma que uma nobre cidade surge.

Por outro lado, a partir do momento em que esta relação homem/meio ambiente é dinâmica, a paisagem torna-se o resultado de um processo de contínua transformação. A sociedade é um organismo ativo, empreendedor, ambicioso, que pode selecionar e modificar sua própria paisagem. A paisagem, entendida aqui como forma de se organizar o meio natural, é uma atividade observada em toda a história da humanidade.

A paisagem se altera em função das peculiaridades fisiológicas e ambientais do sítio natural e em função da história do homem. Assim, a paisagem seria um reflexo dos sistemas climáticos, naturais e sociais.

Desde a Antigüidade pode-se encontrar exemplos de como o homem manipula e altera o sítio natural em função das suas necessidades, ao mesmo tempo em que também se adapta aos sistemas naturais. Onde a velocidade destas alterações seria proporcional ao desenvolvimento tecnológico.

A história do homem sobre a Terra está diretamente ligada às relações que este estabelece com o meio-ambiente. Esse processo acelera-se no momento que o homem descobre meios de mecanizar o Planeta, na tentativa de dominar o ambiente natural. Dessa forma, a natureza construída, ou a construção da paisagem, pode ser considerada um marco na história da Humanidade.

Porém esta relação de interferência não é passiva nem unilateral. O indivíduo sofre um constante bombardeamento de informações perceptivas por parte da mesma paisagem, dando origem a emoções, sentimentos, atitudes e valores.

A paisagem, entendida como a inter-relação homem/meio ambiente seria definida por fatores predominantemente culturais, e ainda, a partir de uma análise perceptiva desta relação bilateral do homem com seu meio.

A paisagem urbana seria então, resultado da experimentação destes espaços construídos pelo homem, e dos quais a cidade, como já foi colocado, pode ser considerada uma das maiores intervenções do homem no meio ambiente. Desta forma, pode-se afirmar que a paisagem urbana configura-se como um espaço de sensações e experimentação.

A paisagem urbana representa a cidade, e assim torna-se possível conhecer a cidade através de sua paisagem. Considera-se então a paisagem urbana como a porção ou a face da estrutura urbana que se revela aos nossos sentidos. Ou seja, a estrutura urbana somente pode ser dada a conhecer através da sua paisagem, pois somente este elemento pode ser percebido pelas nossas sensações espaciais. A forma das cidades e como elas se organizam refletem-se na paisagem, e este reflexo pode ser vital para se entender como a cidade funciona.

A paisagem urbana é composta de edificações, espaços livres, arruamentos, vegetação, entre outros. Estes elementos se alteram ou persistem na maioria das cidades, de acordo com o uso que os habitantes fazem deste espaço construído. Alterando-se as relações de uso deste espaço, as quais são ditadas por condicionantes culturais e econômicas basicamente altera-se a configuração morfológica do espaço, e por conseqüência a paisagem urbana. Assim, pode-se afirmar que a paisagem urbana se altera em função dos usos que a sociedade faz daquele espaço, e deste modo, a paisagem urbana seria gerada não pelo espaço físico propriamente dito, mas sim pelo uso que se faz dos espaços.

Assim como a sociedade, a cidade não é um elemento estático. Esta se atualiza através da construção de novos espaços e em função dos usos que são atribuídos aos lugares urbanos. Ela se vivifica através de sua paisagem, estabelecida pelo indivíduo que percebe o espaço urbano.

Na cidade persistem elementos de vários tempos. Edificações e configurações de seu assentamento primitivo convivem com elementos de um passado mais próximo e/ou construções contemporâneas, refletindo a história dos grupos sociais que sucessivamente geraram este espaço. Assim a cidade pode ser lida e entendida através da sua história, na medida em que esta história se encontra representada nestes elementos construídos que compõem a paisagem urbana.

Aquilo que somos neste momento, e aquilo que faremos a seguir dependem de uma infinidade de fatos que representam nossa história, sem um passado não há expectativa de presente ou de futuro. De forma análoga, a lembrança de uma sociedade, de um povo ou de uma nação, significa sua segurança em relação ao futuro.

Somente seremos capazes de realmente apreender, entender e reconhecer a cidade através de sua paisagem se nela estiverem presentes elementos remanescentes de outros espaços de tempo.

Uma vez que a sociedade se faz presente através de seus objetos, e considerando a paisagem urbana como um produto resultante de vários fatores que poderiam ser

sintetizados em História e Natureza, onde a História é uma intervenção cultural do homem num determinado momento, e a natureza uma base física qualquer, podemos dizer que teoricamente a Paisagem Urbana deveria refletir, ou pelo menos denunciar o momento histórico em que está inserida.

Ao final do século XX, a velocidade, a racionalização e a tecnologização são algumas das características da cidade contemporânea que parecem levar a uma virtualização do espaço urbano. A rua principal, a avenida, antes um espaço de convívio, passa a ser tão somente um espaço de circulação entre um edifício e outro. A velocidade é sempre almejada, e a rua agora é o espaço do congestionamento e do medo, compartimentada em uma fileira sem fim de letreiros e outdoors feéricamente iluminados. Algumas das observações de Appleyard & Lynch & Myer (1964) em "*The View from the Road*", ou ainda de Venturi *et alli* (1978) em "*Learning from Las Vegas*" podem ser constatadas em qualquer avenida de uma de nossas cidades médias. A paisagem da rua deixa de ser para o ritmo do pedestre, passando a ser para o automóvel, uma via de circulação e passagem rápida, onde o olhar também é voltado para a velocidade. Assim, a rua perde parte de sua configuração e ganha outra.

Nesse mesmo sentido, os centros de compras fazem de seus corredores e galerias ruas e praças que poderiam ser até denominadas de cenográficas, pois copiam aspectos específicos das ruas tradicionais, sem, entretanto incorporarem todas as suas características formais e funcionais, tornando-se espaços de segregação social. Se a praça sempre foi um espaço comum, a praça de um *shopping* é sua antítese.

Ora se a paisagem urbana se constrói a partir dos espaços livres, as novas características atribuídas à cidade contemporânea, configuram e colaboram para a criação de uma cidade cada vez menos visível e perceptível, distanciando cada vez mais homem e lugar, dificultando a percepção dos espaços. Ao prolongar-se este distanciamento ocorre uma ruptura, onde o homem independe, ou parece independe do lugar e o lugar do homem. Na cidade contemporânea os deslocamentos não se baseiam em referências urbanas, mas num amplo sistema artificial representado pelas placas de sinalização de trânsito.

Somando-se a isto, ocorre a perda da identidade urbana pela destruição de seus elementos. Isso acarreta um desequilíbrio e um desprendimento da realidade e dos espaços urbanos. O cidadão começa a não reconhecer as paisagens e conseqüentemente perde a capacidade de encontrar nestas paisagens altamente padronizadas vestígios e marcas da permanência de sua própria existência e da produção cultural de seu grupo social.

Em geral, a organização espacial e estrutural das cidades ocorre em função do momento sócio-econômico e das demandas percebidas ou projetadas pelos dirigentes ou pelas pessoas que detém o "poder". Não atende aos interesses gerais, mas aos interesses da classe hegemônica.

Esta classe pode estar representada pela Igreja, pelo senhor feudal, pelos fazendeiros, numa sociedade agrícola, pelos comerciantes, pelos industriais, etc... Estes são os segmentos da Sociedade que juntamente com a Igreja movem o mecanismo social, pois representam o setor produtivo, teoricamente pagam os impostos, trazem riqueza, conferem "*status*". Assim a cidade se organiza em torno da Igreja, do castelo, da ferrovia, do porto, da feira regional, da praça. Nesse sentido a cidade é sempre "planejada", ou

regularmente constituída de acordo com os interesses dominantes. O plano consiste em adequá-las às situações atuantes no momento.

A demanda do setor hegemônico é imposto ao restante da Sociedade como adequada e necessária e, por isso, todas as sociedades urbanas “aspiram” a ter as mesmas condições, o mesmo tipo de organização e disponibilidades e não sentem as mudanças como uma descaracterização. Pelo contrário, sentem-se orgulhosas de seus estádios de futebol, suas fontes luminosas, seus “*shoppings*”, seus “*McDonalds*”, sua iluminação pública com luz amarela, tipos de praças, bairros “residenciais”, condomínios fechados, tudo segundo a onda do momento. Quanto disso é espontâneo, quanto é imposto? A propaganda, pelos meios de comunicação, ajuda em muito à imposição.

A falta de identidade é, portanto, na verdade uma identidade. A identificação de uma cidade com outra tem o sentido de estar colocada dentro da concepção corrente de modernidade e de boas condições de vida. Não é isso que acontece com os adolescentes e a sua “turma”?

Se os centros das cidades foram abandonados como zonas residenciais, isso ocorreu em razão de um “plano” ou interesse social de concentração do comércio e serviços nessa região. Se hoje se pensa em revitalizá-los é porque esta distribuição está se tornando cada vez menos eficiente, inclusive com a concorrência dos “*shoppings*”, e as instalações não podem ficar abandonadas.

Se nas cidades, ou as pessoas que nelas vivem, se sentem identificadas com a sua não identificação, há sempre momentos em que as pessoas se sentem desconfortáveis com a sua cidade. Há uma “qualquer coisa” que está faltando. Como por exemplo, o centro. O centro é atávico. É o ágora dos gregos, a praça pública, central. O referencial das pessoas está no centro.

Durante o século XIX, na Europa, já havia queixas de que todas as cidades estavam começando a se parecerem umas às outras, especialmente as novas zonas industriais.

Contudo havia diferenças consideráveis de aparência e de estrutura social entre cidades como Manchester, Birmingham, Lille e Essen. Ainda havia uma ampla esfera para as manifestações especiais de orgulho em relação a cada localidade. No século XX, há menos variedade no aspecto das cidades, sobretudo nos novos projetos coletivos de moradia. Os mesmos materiais são empregados em regiões bastante diferentes do mundo. Disso resulta uma menor variação visual. A iniciativa local também foi limitada pela crescente centralização dos governos, enquanto as expectativas dos consumidores tornam-se cada vez mais determinadas (nacional e mesmo internacionalmente) por produtos industriais padronizados. Isto é exacerbado nos países capitalistas pela especulação imobiliária, que estimula uma certa padronização de gosto que lhe seja conveniente.

1. Mutação e identidade urbana

A produção cultural se dá no espaço e no tempo, e os momentos históricos se refletem nas paisagens. As características morfológicas das cidades espelham as etapas de construção daquele espaço, sendo que a paisagem urbana é constituída através da

similaridade, que confere homogeneidade, ou da especificidade, que confere particularidade de alguns períodos. Ou seja, quanto de cada período, resultado de um processo histórico/cultural, sobrevive em cada nova paisagem, sendo que as estruturas urbanas remanescentes nas novas paisagens é que irão conferir a particularidade daquele espaço, justamente porque ilustram sua própria história, restando então identificar quais são os elementos configuradores que caracterizariam a transformação.

Assim sendo, entendendo por processo histórico e cultural, o produto resultante da ação física e ou conceitual do homem sobre os espaços, pode-se dizer que: cidade, paisagem urbana, cidadão, e percepção; inseridos no espaço e no tempo criam diversas relações que configuram o processo histórico e cultural.

Numa análise do período histórico atual pode-se detectar algumas características que, por um lado dão significado e configuram a cidade contemporânea, e por outro prejudicam a sua percepção e apreensão, colocando intermediários entre sujeito e objeto, e, prejudicando conseqüentemente a própria produção cultural.

Essa questão pode ser exemplificada com fatores intermediadores de sujeito e objeto: a velocidade, que atua no sentido de desprender o cidadão do seu espaço, de sua realidade, provocando também um achatamento e uma abreviação da paisagem. A tecnologização dos espaços em função de um valor global, que desrespeita as características e os valores locais, como no caso das cadeias de lojas, shoppings, e mesmo de edifícios que abrigam grandes corporações internacionais ou nacionais, que possuem a mesma aparência, independentemente da cidade ou da paisagem em que se inserem. (Figuras 3A e 3B)



Figura 3A: Bauru, SP



Figura 3B: Bauru, SP

Exemplos de cadeias de lojas alimentícias onde a arquitetura é padrão, independentemente do sítio em que se encontra.

É o alto grau de racionalismo na indústria das construções em geral, que se por um lado realiza a utopia industrial da produção em larga escala, ao final colabora para banalizar os espaços urbanos, repetindo ao exagero elementos e tipologias construtivas tanto nos edifícios quanto nos equipamentos urbanos.

Essas questões somadas a muitas outras, entre as quais a denominada virtualização, comentada anteriormente, ajudam a criar cidades cuja paisagem torna-se cada vez mais invisível. Invisível não no sentido de inexistente, mas de não vivenciada, de não experimentada, de não percebida. A cidade passa a ser percebida como um conjunto de

interiores de edificações, que se conectam por um espaço anódino, que deve ser o mais rapidamente ultrapassado, um empecilho a ser vencido pela velocidade.

A alteração do uso dos espaços livres urbanos merece nossa atenção, pois como comentado anteriormente é a partir dele que se percebe e se constrói a paisagem, tendo um papel fundamental na apreensão do espaço. Essa questão pode ser ilustrada analisando os espaços públicos ao longo do tempo.

Os espaços públicos sempre foram caracterizados pela permanência. Na cidade do século XX estes mesmos espaços são caracterizados pela passagem. O estar em público outrora assumia um papel de representação social, hoje é um estar em movimento, ao “*flaneur*” substitui o movimento com uma direção precisa. Essa questão está tão presente em nossas vidas que nem nos damos conta de seus efeitos que atuam no sentido de desprendermos de nosso espaço e de nossa realidade. A apreensão e o contato com a cidade e principalmente com a paisagem se torna superficial ou até mesmo abstrato.

A velocidade e/ou aceleração da vida contemporânea prejudica também a “memória” através do esquecimento. O olhar em velocidade não fixa a imagem e também não há tempo para que os demais sentidos atuem tornando o ato de apreensão mais completo. Ao virtualizar-se o espaço urbano, ou melhor ao construir-se o espaço urbano contemporâneo a partir da virtualidade, sua imagem ou seja a paisagem passa a depender quase que exclusivamente das sensações visuais. Ao deixar os outros sentidos em segundo plano, construiu-se uma paisagem em simulação a aquela que as gerações urbanas puderam sempre compreender e se identificar.

2. Ícones e Símbolos

A paisagem virtualizada nos leva a uma outra característica da cidade atual: o excesso de símbolos, de imagens, substituição do objeto por uma imagem que muitas vezes pouco referencia o objeto, como em uma imensa logomarca de um refrigerante ou de um calçado esportivo que parece substituí-los por completo.

Este é outro fator que prejudica a fixação da paisagem devido á complexidade de elementos visuais encontrados principalmente nas grandes metrópoles e nos centros comerciais. Essa configuração acaba criando uma poluição visual, uma sobrecarga informativa que prejudica sua leitura.

A relação Paisagem-Espaço, enfocada pela percepção, formam um par dialético, “complementam-se e se opõem”, mas juntos conferem materialidade e espiritualidade aos lugares.

A paisagem por ser algo com o qual dialogamos diariamente tem um papel fundamental na formação do ser humano. São bastante claras nas cidades paulistas essas injunções: as cidades mais antigas, fundadas num primeiro momento próximas a grandes cursos d’água, quando os rios eram a principal via de transporte, com o núcleo inicial estabelecido a partir de uma igreja, localizada sempre em um divisor de águas, com a entrada voltada para o nascente, definindo a posição da praça e a hierarquização do espaço.

As ferrovias, que, por uma limitação tecnológica, foram implantadas em terrenos menos íngremes, darão às cidades mais novas -que se estabelecem a partir de uma estação ferroviária- uma outra configuração e hierarquização do espaço urbano.

Assim serão diferentes também as cidades que surgiram ou se desenvolveram a partir das rotas rodoviárias, ou do que vem ocorrendo atualmente com as cidades ao longo do percurso da hidrovía que nos anos 1990 se implanta no interior do Estado de São Paulo.

Se por um lado o partido adotado para o lançamento de uma malha urbana é um elemento a ser considerado, por outro, não será de forma alguma por si só, o elemento definidor da paisagem. A cidade é algo extremamente dinâmico, e está constantemente passando por processos de transformação mais ou menos drásticos.

Todas as questões, envolvidas na formação e transformação do espaço urbano, determinam uma configuração física, portanto uma paisagem, que certamente se altera quando se alteram também as funções primeiramente estabelecidas. As condicionantes presentes no aparecimento de uma cidade, tais como as das vilas mineradoras surgidas na região das Minas Gerais na época da exploração de ouro no Brasil Colônia, ou as das surgidas com o avanço do cultivo do café no Oeste Paulista e posteriormente Norte do Paraná, ou ainda mais recentemente com a construção de barragens hidroelétricas, direcionam e influem na formação e transformação de sua paisagem, determinando certa configuração física, que certamente se altera, quando as funções desempenhadas por este núcleo urbano também se alteram ou ainda quando as aspirações de seus habitantes se transformam.

À medida que o homem se defronta com a natureza pelos mais variados motivos e a modifica de alguma forma, ocorre entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica, etc. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. Assim, com a produção humana há a produção do espaço, da paisagem, sendo esta resultado de todo um contexto histórico na qual está inserida. Contexto este representado pelas diferentes formas materiais e técnica de produção.

Dessa forma, a paisagem consiste num conjunto heterogêneo de formas devido à diversidade e multiplicidade das relações: Homem-Homem; Homem-Meio Ambiente, em cada espaço e em cada tempo.

Pode-se estabelecer assim uma estrita relação entre paisagem e produção, de modo que quando ocorre uma mudança muito grande nas formas e materiais de produção do espaço ocorre também uma revolução na paisagem. A inovação trás a revolução.

A sociedade vai descobrindo novas maneiras de construir as coisas, as quais caracterizam cada momento. No entanto a paisagem não se cria de uma vez. Há todo um processo técnico, filosófico e social que embasam o modo de construir.

A própria escolha do sítio, e a maneira pela qual se origina ou se orienta a malha urbana são atitudes determinadas pelas relações sociedade ambiente.

Assim a paisagem urbana é sempre resultado de uma interação entre a configuração física e sua percepção, onde a modificação destes elementos leva necessariamente a uma outra paisagem urbana.

3. Qualidade Visual

A abordagem perceptiva no desenho das cidades permite justamente buscar um resgate das qualidades visuais que poderiam despertar enfoques cognitivos no tocante a organização do espaço urbano.

A abordagem perceptiva no estudo da paisagem urbana se interessa pelo modo como os indivíduos percebem e tomam decisões a respeito da cidade. Tal enfoque procura redirecionar os processos que dão origem ao padrão urbano. Ou seja, é esta estrutura cognitiva da cidade que oferece novos padrões e influencia a interação com os espaços urbanos e as tomadas de decisão no tocante a áreas para compras, moradias ou lazer, e não a estrutura física da cidade, composta por edifícios, ruas e avenidas.

A construção de uma imagem do ambiente urbano, fruto da percepção e da cognição, é um processo bilateral existente entre a cidade e seus cidadãos, através do qual o cidadão atribui valores a este espaço urbano, sendo portanto algo extremamente subjetivo e particular. A cidade, por sua vez, também influencia o cidadão diferentemente. Mas de qualquer forma, parece existir uma imagem entre indivíduos de um mesmo grupo, e é esta imagem que nos interessa preservar, resgatando-a de nossa memória e de gerações anteriores, como um instrumento de identificação, de ligação, entre os cidadãos e sua cidade.

A percepção do meio ambiente urbano tem sido colocada como elemento vital para a sobrevivência urbana. A problemática ambiental urbana atual é resultado duma época em que a renovação das cidades é intensa, profunda e acentuada, justificando uma preocupação com seus aspectos visuais.

Portanto qualquer interpretação sobre o espaço deve considerar a ação cognitiva sobre o mesmo, e também a percepção, e a visão. Lembrando que a percepção compreende, além da visão, ainda os demais órgãos dos sentidos, tais como tato, olfato, audição, sinestesia, e de resto, todo o organismo.

Dessa forma, apesar da visão ser predominante na percepção espacial, cheiros e sons, sensações de calor e frio, também colaboram com a visão na percepção do espaço. E ainda, a percepção depende do fator cultural associado a estes sentidos.

Através deste tipo de análise é que se começou a considerar a percepção como importante elemento mediador entre o homem e seu ambiente urbano. Os estudos baseiam-se principalmente na observação da realidade, utilizando-se de técnicas fornecidas pela Psicologia, e trabalhando com grupos e espaços bem definidos.

Pode-se afirmar que cidades desprovidas de elementos marcantes em sua paisagem estão destinadas a uma não caracterização e homogeneização de sua paisagem.

Porém ainda são poucos os estudos perceptivos da cidade visando uma melhor qualidade de vida urbana, ou seja, aqueles que oferecem um redirecionamento no estudo da paisagem urbana, entendida como o resultado perceptivo/imaginário interagindo com um objeto, no caso a configuração ou o ambiente urbano. Sendo que, ao se entender esta relação como interativa, acreditamos que a modificação de uma determinada paisagem dar-se-ia por duas vias não excludentes. Uma através da transformação da paisagem

pelo cambio dos elementos culturais que estruturam a percepção, outra se alterando a porção geométrica da estrutura urbana, reforçando sua imaginabilidade/legibilidade. Em outras palavras, pode-se dizer que seria necessário tanto promover uma educação que não aliene o cidadão do espaço urbano, ao mesmo tempo em que dotar os elementos físicos do espaço de maior legibilidade ou de uma maior caracterização e especificidade.

Entretanto estas colocações não invalidam a afirmação de que o principal elo de ligação entre o cidadão e o espaço urbano, se dá através da paisagem, ou seja, ao nível de representação do espaço da cidade, haja visto que esta é a única maneira que o objeto -a cidade- se permite conhecer, ou seja, através da sua representação -a paisagem, constituída por seus objetos móveis e volumes construídos.

Geralmente percebemos nossa cidade não como um todo, mas de uma maneira fragmentada, ou seja, percebemos partes dela, como os bairros em que trabalhamos ou moramos, ou ainda os percursos de nosso cotidiano: o caminho que percorremos até nosso local de trabalho, ou para irmos ao mercado, ao banco, ou deixar as crianças na escola. Todos nossos sentidos estão envolvidos nesta percepção, e a imagem resultante está repleta de lembranças e significados.

Porém a cidade não é apenas para ser percebida pelas mais variadas pessoas que a habitam, das mais diversas classes sociais e personalidades, e com os mais diversos interesses. A cidade também deve ser legível. E o que confere legibilidade a uma cidade? O que a transforma num **LUGAR** para seus cidadãos? A resposta está nas construções e logradouros que estruturam o ambiente urbano. Estas construções que identificamos diariamente, atribuindo significados aos marcos deste sítio urbano, como as casas, as praças, ou bares e cafés.

E é através da identificação diária deste espaço edificado que nós nos orientamos dentro de nossas cidades. Através da verificação dos marcos urbanos é que criamos referências que fazem com que não nos sintamos perdidos, os quais nos orientam. A verificação destes marcos urbanos não é fruto só de nossa percepção imediata, mas também de nossa percepção passada, de nossa memória, de nossa inteligência.

O reconhecimento destas edificações ou logradouros, representativos da história urbana, nos percursos de nosso cotidiano, é que fazem o elo de ligação entre o cidadão e sua cidade, fazendo com que o espaço urbano assuma uma conotação de **LUGAR**.

Por outro lado, sociedades diferentes irão gerar espaços similares, sendo que a particularidade será obtida a partir de elementos morfológicos específicos, e a não caracterização da paisagem nasce de uma caracterização genérica, ou ainda, da não especificação.

Paralelamente, a forma física construída num determinado contexto social pode perfeitamente abrigar outra estruturação da sociedade, pois a forma física pode sobreviver justamente porque a velocidade das transformações sociais é mais rápida que a dos espaços construídos. Por exemplo podemos citar a cidade de Havana, em Cuba, construída sob a égide do capitalismo, imutável na sua configuração morfológica, mas abrigando uma sociedade totalmente diversa. E ainda São Petersburgo, a cidade dos czares, na Rússia, onde a sua forma igualmente sobreviveu a uma nova organização da sociedade.

Existem redes de cidades similares entre si, seja no interior do Estado de São Paulo, no meio-oeste americano, ou ainda nas vilas e aldeias portuguesas, partindo do pressuposto que todas elas apresentam uma lógica de organização própria.

Existe uma paisagem nascida da relação entre o espaço físico assim configurado e o uso que se faz do mesmo. Esta paisagem, aparentemente homogênea, possui referenciais que a particularizam para os cidadãos, resultantes das diferenças entre o que poderíamos denominar de fenômeno mundial e fenômeno globalizado:

- Por fenômeno mundial, entendemos aquelas ocorrências em tempos simultâneos, porém em espaços distintos, e com respeito às características sociais locais, diferentemente dos fenômenos globais, que independem dos referenciais locais. Assim, podemos afirmar que as especificidades na produção da paisagem urbana estariam, no passado, relacionadas com o que denominamos fenômeno mundial, completamente diferente dos fenômenos globais que observamos atualmente. Ou seja, no tocante à produção da paisagem urbana, apesar dos modelos centrais, ainda assim existia um respeito às especificidades locais quanto à cor, materiais construtivos, avanços técnicos e tecnológicos, adaptações dos programas aos climas e necessidades locais, ou ainda as referências culturais, entre outros elementos. Assim, apesar de uma aparente homogeneidade da paisagem, cada uma guardava as suas particularidades.
- Já um fenômeno globalizado, caracteriza-se igualmente pela ocorrência simultânea, porém com a perda dos referenciais locais anteriormente colocados. Assim sendo, podemos afirmar que a arquitetura e o urbanismo moderno são globalizantes, se sobrepondo às estruturas pré-existentes, sem necessidade do referencial local, gerando desta forma paisagens homogêneas. Desta maneira, a cidade se transforma num cenário, entendendo por cenário a representação pictórica da paisagem, independente da vida que ali se processa. Os símbolos e valores desse cenário que é a nova cidade, onde os espaços tendem a um valor global, ou seja, não se esgotam no limite do lugar, estão caminhando para virarem simulacros, códigos de imagens universais que caracterizam um novo estilo de vida. A cidade começa a valer não mais pelo o que ela é, mas pelo o que ela tem: *MacDonald's*, *Shopping Centers*, entre outros, isto é, quais os códigos globais de imagem que abriga.

A questão que se coloca é que, ao se trabalhar com espaços urbanos, o corpo técnico ainda considera o projeto para este espaço independente das expectativas da população usuária deste mesmo espaço, e a forma como esta população apreende este espaço raramente é considerada.

Com este novo enfoque dado à cidade, todos os estudos preocupados em como a cidade é percebida pelo cidadão, são mais do que nunca relevantes.

Entretanto, pode-se estabelecer um diálogo com a cidade. A facilidade de entendimento está diretamente ligada às formas que este espaço urbano possui, e, a idéia é que os projetos urbanísticos melhorem este diálogo.

O processo de Desenho Urbano, preocupado com a qualidade físico-ambiental do meio ambiente, admite o potencial da contribuição do estudo da percepção ambiental para a

intervenção urbanística como fundamental, por tratar de interferir na cidade, na sua reconstrução mental e em suas imagens, atributos e qualidades percebidas pela população.

O Desenho Urbano, como ação de projeto, seria o “criador” de imagens urbanas visualmente fortes, baseando-se na “*análise da forma existente e os seus efeitos no cidadão.*” (LYNCH, 1982:25) A velocidade das transformações no ambiente urbano “perturbam” o cidadão, entretanto, mantendo-se as boas qualidades visuais da forma urbana, através da ênfase das características dos elementos componentes da imagem da cidade, o desconforto emocional poderá ser amenizado. (*Ibidem*, p.129)

A importância da abordagem perceptiva no Desenho Urbano está justamente na tentativa de se retomar estas especificidades. Dessa maneira, a arquitetura passa a buscar um resgate das qualidades visuais anteriormente existentes, as quais poderiam despertar enfoques cognitivos no tocante a organização do espaço urbano.

Na verdade o que falta a estas cidades são ações de projeto, onde o Desenho Urbano é uma delas, visando um projeto urbano de paisagem, uma configuração urbana concebida a partir de uma intenção clara e definida, de um objetivo social e/ou individual, de chegar-se a uma configuração urbana pré-estabelecida.

E, justamente pela falta de um projeto de ação específico para cada local que as cidades configuram-se a partir da reprodução e/ou adoção de um modelo, o qual por sua vez também reproduz modelos urbanos diversos e comuns.

Os Planos Diretores encomendados pelas Prefeituras contribuem para essa situação na medida em que copiam e reproduzem os modelos considerados mais avançados e atraentes de uma cidade para a outra. Raramente os planos diretores consideram na extensão devida as condições locais e o impacto ambiental, mesmo porque isso eventualmente prejudicaria sua aprovação pelos poderes constituídos.

Desse modo, a forma urbana é resultante de regras com objetivos altamente genéricos, produto de ações diversas e aleatórias, como por exemplo, as leis de zoneamento. Isto é, um desenho proveniente das legislações, e não de um projeto. Ou seja, na realidade o que existe são formas urbanas que surgem muito mais de processos generalizantes, do que de ações que visam a totalidade.

De fato não existe um projeto urbano nas cidades em geral, e sim apenas uma forma urbana, decorrente de ações e regulamentações sem nenhuma intenção de projeto.

Ao verificar-se quais são os elementos marcantes que conferem particularidade a estas paisagens, e, reforçando estes elementos através de projetos urbanos, poderá se obter paisagens urbanas particularizadas, respeitando os referenciais e as especificidades locais, contribuindo para uma melhor qualidade ambiental das cidades, através da suspensão da idéia de construção por modismo ou benefícios baixos.

BIBLIOGRAFIA

- APPLEYARD, Donald; LYNCH, Kevin & MYER, John. **The view from the road**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1964.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- VENTURI, Robert *et alli*. **Aprendiendo de Las Vegas**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

Resumo

A CIDADE E SUA PAISAGEM

Neste texto encontram-se algumas considerações que se referem à relação entre a cidade e sua paisagem, partindo do pressuposto que a paisagem urbana é resultante dos elementos culturais, econômicos e sociais, entre outros, que a produziram, num determinado momento no tempo, na história, num determinado contexto. O ambiente é manipulado para que as pessoas possam fazer nele mais facilmente o que queiram, ou para dar-lhes mais oportunidades de ação. O meio ambiente é uma parte intimamente ligada à conduta humana. O espaço e as construções, juntamente com as idéias das pessoas, organizam a gama de atividades do lugar: jogar bola, fazer um pic-nic, esperar um ônibus, vender alimentos, construir uma casa, entre outros. O uso e o espaço podem ir bem conjuntamente ou podem ser antagônicos, estáveis ou fluidos, exigentes ou permissivos, repetitivos ou únicos. A organização do uso e sua fixação no tempo e no espaço são a contribuição essencial de um projeto do local. Como qualquer desenho, a síntese destas relações não é um processo lógico, de traçado simples, resultado do conhecimento destas mesmas relações. As atividades não são entidades separadas e determinadas por si mesmas, estando intimamente ligadas aos esquemas de circulação, por exemplo, e suas implicações na forma física e visual devem ser sempre mantidas em mente. Poderá a ordenação do sítio permitir uma clara expressão das principais funções? Terá a organização das atividades um resultado de efeito visual desejável? O equívoco mais sério está na tendência de pensarmos em termos de denominações superficiais levadas ao papel, esquecendo-nos que se trata de formas em três dimensões. O que necessitamos é uma paisagem organizada tecnicamente, de maneira que suas partes se harmonizem, mas também que sejam coerentes para os sentidos, que sua imagem seja congruente com sua vida e utilização.

Paisagem urbana, desenho urbano, percepção da paisagem urbana.

Abstract

THE CITY AND ITS LANDSCAPE

In this text are some considerations that refer to the relationship between the city and its landscape. The urban landscape is resulting of the elements cultural, economical and social, which produced it, in a certain moment in the time, in the history, in a certain context. The environment is manipulated so that the people can do more easily in it what they want, or to give them more action opportunities. The environment is intimately a part

linked to the human conduct. The space and the constructions, together with the people's ideas, organize the range of activities of the place: to play ball, to do a picnic, to wait a bus, to build a house, among others. The use and the space can go well jointly or they can be antagonistic, stable or flowing, demanding or permissive, repetitive or unique. The organization of the use and your fixation in the time and in the space it is the essential contribution of a project of the place. As any drawing, the synthesis of these relationships is not a logical process, of simple plan, result of the knowledge of these same relationships. The activities are not separate and certain entities for themselves, being intimately linked to the outlines of circulation, for instance, and your implications in the physical and visual form should be always maintained in mind. Can the ordination of the ranch allow an expression of the main functions? Will the organization of the activities a result of desirable visual effect? The most serious misunderstanding is the tendency of think about terms of mischievous superficial denominations to the paper, forgetting that is treated in ways in three dimensions. What we needed is an organized landscape technically, so that your parts if they harmonize, but also that is coherent for the senses, that your image is appropriate with your life and use.

Urban landscape, urban design, perception of the urban landscape.

- Docente do Departamento de Desenho Industrial, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC/ UNESP-Bauru - e.mail: paula@faac.unesp.br

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA PROPOSTA DE DIRETRIZES PROJETUAIS PARA A SALVAGUARDA DOS CENTROS HISTÓRICOS. ESTUDO DE CASO: PARATY- RJ

Profa. Dra. Rosío Fernández Baca Salcedo*

Os centros históricos estão a merecer estudos que levem a melhorar a qualidade de vida dos usuários e a salvaguarda do patrimônio cultural. Diante disto, são importantes os estudos de percepção e cognição ambiental para compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, conhecer suas expectativas, julgamentos, condutas e o grau de conscientização dos usuários em relação à preservação do patrimônio.

A presente pesquisa compreende as seguintes fases: a abordagem teórica sobre os centros históricos e a percepção ambiental, as características gerais do Centro Histórico de Paraty, os materiais e os procedimentos da pesquisa de campo, os resultados e as discussões, e a proposta de diretrizes projetuais para a salvaguarda deste centro histórico.

1. CENTROS HISTÓRICOS

Abordar as medidas de salvaguarda do patrimônio arquitetônico nos centros históricos reconhecidos como Patrimônio Cultural nos leva à necessidade de abordar os conceitos de patrimônio arquitetônico, patrimônio cultural, centros históricos, e abordar a reflexão sobre a salvaguarda do patrimônio.

O patrimônio arquitetônico "*é um capital espiritual, cultural, econômico e social cujos valores são insubstituíveis*"¹.

Diante da ameaça da destruição desse patrimônio, não somente pelas causas naturais da degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)² realizou a **Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, em Paris, em 1972. Nesta reunião se definiu o conceito de **patrimônio cultural** como:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura, ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Assim, os centros históricos são conjuntos com valor histórico, artístico ou da ciência.

Para entender os centros históricos é preciso compreender: o que são os centros históricos? Será que todas as cidades abrigam um centro histórico ou existe uma diferença entre o centro da cidade e o centro histórico de uma cidade? Abordaremos estas questões, tomando-se por base as diferentes definições de centros da cidade e de centros históricos.

Para Santos³, o **centro urbano da cidade** se caracteriza:

por uma paisagem arquitetural e humana muito mais complexa que nos setores precedentes. Além do mais, sua localização não é necessariamente central [...] nos países subdesenvolvidos suas características mais marcantes são a de constituir o módulo principal da rede de vias urbanas (quanto a este ponto, pode haver vários centros dentro de uma mesma cidade) e de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios.

É importante ressaltar que o conceito de **centro urbano** remete à funcionalidade econômica, enquanto que o de **centro histórico** remete fundamentalmente às categorias administrativa, histórica, urbana, arquitetônica, social, econômica e ambiental. A categoria administrativa corresponde à legislação urbana e arquitetônica específica para a área delimitada como centro histórico.

A definição de centro histórico abrange, em princípio, somente suas características urbanísticas, arquitetônicas e históricas. Posteriormente, sua salvaguarda compreenderá o compromisso social vinculado à política de residência.

O Governo da Itália⁴, através da Carta de Restauro, reunião realizada na Itália, em 1972, define **centros históricos**:

Para efeito de identificar os centros históricos, leva-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, hajam se constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características urbanísticas ou arquitetônicas particulares.

Sua natureza histórica se refere ao interesse que tais assentamentos apresentarem como testemunhos de civilizações do passado e como documentos de cultura urbana, inclusive independentemente de seu intrínseco valor artístico ou formal, ou de seu aspecto peculiar enquanto ambiente, que podem enriquecer e ressaltar posteriormente seu valor, já que não só a arquitetura, mas também a estrutura urbanística, têm por si mesmas um significado e um valor.

Entende-se histórico como tudo aquilo que expressa relevância na vida social e cultural de uma comunidade, e não somente os fragmentos mais antigos ou aqueles vinculados a um acontecimento “histórico”, mas também aqueles relacionados com o cotidiano. Muitas vezes, principalmente na América Latina, destruíram-se inúmeras edificações civis, pensando que somente aquelas edificações de caráter político e religioso teriam importância “histórica”.

Pela categoria arquitetônica, o centro histórico apresenta as edificações dos diversos estilos e períodos históricos através dos quais evoluiu a cidade.

Além disso, a categoria do centro histórico não está apenas representada na sua arquitetura, como também na estrutura urbana. Podemos dizer que os centros históricos apresentam o traçado inicial da cidade e uma grande concentração de edificações de valor histórico, arquitetônico e afetivo, e constituem um conjunto urbano ainda preservado.

Só a partir da Resolução de São Domingos (1974)⁵ se assume o compromisso social e da política de residência nos centros históricos, assim:

*A **salvação dos centros históricos** é um compromisso social além de cultural e deve fazer parte da política de residência, para que nela se levem em conta os recursos potenciais que tais centros possam oferecer. Todos os programas de intervenção e resgate dos centros históricos devem, portanto, trazer consigo soluções de saneamento integral que permitam a permanência e melhoramento da estrutura social existente.*

Também, para Hardoy e Dos Santos⁶, a **natureza dos centros históricos** “no se agota a la estructura física. El patrimonio arquitectónico de los centros históricos está indisolublemente unido al valor social de la población que los habita y, por ende, la acción sobre el conjunto no debe atender sólo los aspectos físicos”.

É importante ressaltar que, na Resolução de São Domingos, a intervenção nos centros históricos vai além do aspecto formal arquitetônico e urbano. Percebemos então que para preservar os centros históricos é necessário permitir a permanência dos seus moradores e melhorar as condições de residência.

Já a UNESCO e o **Proyecto Regional de Patrimônio Cultural Andino**⁷, no **Coloquio sobre la preservación de los Centros Históricos ante el crecimiento de las ciudades contemporâneas**, realizado em Quito (Ecuador), em 1977, definem:

*Como **Centros Históricos** a todos aquellos asentamientos humanos vivos, fuertemente condicionados por una estructura física proveniente del pasado, reconocibles como representativos de la evolución de un pueblo. Como tales se comprenden tanto asentamientos que se mantienen íntegros, desde aldeas a ciudades, como aquellos que a causa de su crecimiento, constituyen hoy parte o partes de una estructura mayor. Los Centros Históricos, por sí mismo y por el acervo monumental que contienen, representan no solamente un incuestionable valor cultural sino también económico y social. Los Centros Históricos no sólo son patrimonio cultural de la humanidad sino que pertenecen en forma particular a todos aquellos sectores sociales que los habitan.*

Além das categorias formal, social, histórica e cultural, nesse colóquio é ressaltada a categoria econômica dos centros históricos.

Segundo a OEA (Organização dos Estados Americanos)⁸ nas **Normas de Quito**, 1967:

parte do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte delas.

Na medida em que o patrimônio é preservado, vai atrair a atenção do visitante, aumentar a demanda de comerciantes interessados em instalar estabelecimentos apropriados às necessidades dos usuários.

Por outro lado, entenda-se por "**salvaguarda** a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno."⁹ (Negrito nosso).

O pensamento sobre a salvaguarda do patrimônio arquitetônico e dos centros históricos vem ao encontro das primeiras intervenções realizadas na Itália, na França, sobre as diferentes teorias do restauro até as Cartas Patrimoniais Internacionais que norteiam as intervenções em nível nacional, regional e local no mundo. A prática de intervir em edificações de épocas precedentes é bastante antiga. Cada período histórico e cada localidade tiveram uma maneira própria de se relacionar com o passado, renegando-o ou a ele se ligando, dando continuidade ou fazendo escolhas seletivas.

As intervenções no edifício anteriores ao século XVIII, estavam voltadas apenas para sua adaptação às necessidades da época, segundo as orientações do arquiteto, que, em muitas vezes, em detrimento do próprio bem, acaba não sendo uma restauração. Assim, apesar de no Renascimento ter havido admiração pelas construções do passado, estas construções apenas serviram de fonte de materiais para a construção de novos edifícios. "*Muitas vezes essas operações ficaram incompletas, permitindo que parte do monumento original sobrevivesse, sendo um caso notável o Coliseu.*"¹⁰

Na Europa, as teorias iluministas, embasadas na razão e no método científico:

Desde o século XVIII vinham alterando as relações na arquitetura, suas teorias e aplicações. Mas, é com o advento da revolução industrial que este fato consolida-se, criando alternativas para mudanças radicais não somente na arquitetura, mas sobretudo no modus vivendi dos povos ocidentais. As novas relações de trabalho, a urbanização repentina, a possibilidade de novas tecnologias construtivas, a viabilização do uso de outros materiais, alteraram sobremaneira as relações do homem com seu habitat..¹¹

É no contexto dessas grandes transformações que surge a preocupação com a salvaguarda do patrimônio.

No século XX, o crescimento caótico das cidades se manifesta nos países industrializados, onde se dá a migração das populações mais abastadas em direção aos subúrbios, conseqüência do uso de automóveis, abandonando as áreas centrais das cidades que, assim, tendem a se deteriorar por falta de recursos. Os países em

desenvolvimento, caracterizam-se pela maciça migração rural, que se instala em bairros marginais carentes de serviços e de infra-estrutura urbana, e nas edificações deterioradas do centro histórico, onde os aluguéis são baixos. Os perigos da descaracterização, deterioração, abandono e mesmo a destruição do patrimônio arquitetônico e urbano, que se manifestam constantes em nossa época, fizeram com que primeiramente na Europa e depois na América se preocupassem com a preservação do patrimônio. Assim, em nível internacional, realizaram-se reuniões para a salvaguarda do patrimônio redigidas nas "Cartas Patrimoniais" que norteiam a preservação do patrimônio no nível nacional, regional e local.

A Sociedade das Nações, em 1931¹², elaborou a **Carta de Atenas**, em relação às construções novas em centros históricos ressalta: *“respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”*. Além disto, já se tinha uma preocupação com a ambiência do patrimônio, assim recomenda: *“sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história”*.

A UNESCO, na reunião de Paris de 1962¹³, na **Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios** expressa que, para protegê-los dos perigos que ameaçam as paisagens e sítios, deveriam ser adotadas medidas preventivas para a salvaguarda, especialmente de:

- a) Construção de edifícios públicos e privados de qualquer natureza. Seus projetos deveriam ser concebidos de modo a respeitar determinadas exigências estéticas relativas ao próprio edifício e, evitando cair na imitação gratuita de certas formas tradicionais e pinturescas, deveriam estar em harmonia com a ambiência que se deseja salvaguardar.
- b) Construção de estradas.
- c) Linhas de eletricidade de alta ou baixa tensão, instalações de produção e de transporte de energia, aeródromos, estações de rádio, de televisão, etc.
- d) Construção de postos de serviços para distribuição dos combustíveis.
- e) Cartazes publicitários e anúncios luminosos.
- f) Desmatamento, inclusive destruição de árvores que contribuem para a estética da paisagem, particularmente as que margeiam as vias de comunicação ou as avenidas.
- g) Poluição do ar e da água.
- h) Exploração de minas e pedreiras e evacuação de seus resíduos.
- i) Captação de nascentes, trabalhos de irrigação, barragens, canais, aquedutos, regularização dos cursos de água, etc.
- j) Campismo.
- k) Depósitos de material e de matérias usadas, assim como detritos e dejetos domésticos, comerciais ou industriais.

Também nessa reunião a preocupação foi com o barulho provocado pelas atividades urbanas, *“a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios deveria*

*também levar em conta os perigos decorrentes de certas atividades de trabalho, ou de determinadas formas de vida da sociedade contemporânea, em razão do barulho que provocam*¹⁴. Como o centro histórico abriga a função residencial, deveria ser legislado quanto à necessidade de condicionamento acústico nos estabelecimentos de serviços noturnos.

É importante ressaltar que a salvaguarda dos centros históricos deve ser contemplada na esfera do planejamento urbano, de sua proteção legal por zonas. A UNESCO¹⁵ ressalta:

Quando, numa zona protegida por lei, o caráter estético é de interesse primordial, a proteção legal “por zonas” deveria abranger o controle dos loteamentos e a observação de algumas prescrições gerais de caráter estético referentes à utilização dos materiais e sua cor, às normas relativas à altura, às precauções a serem tomadas para dissimular as escavações resultantes da construção de barragens, ou da exploração de pedreiras, à regulamentação de derrubada de árvores, etc.

Em relação à intervenção projetual nas edificações existentes nos centros históricos, a UNESCO¹⁶ expressa que a *“proteção legal deveria acarretar para o proprietário a proibição de destruir o sítio ou alterar seu estado ou aspecto sem a autorização das autoridades encarregadas da salvaguarda”*.

A OEA (Organização dos Estados Americanos), na reunião realizada em Quito, em 1967, elaborou a **Normas de Quito**: Reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Diante do acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos, como consequência do estado de abandono e a da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística, torna-se imprescindível a adoção de medidas de emergência dentro de um plano de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social. Para efeitos de legislação e proteção, o espaço urbano que ocupam os centros históricos deveriam contemplar as seguintes zonas:

- a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente;
- b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;
- c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante.¹⁷

Também a OEA¹⁸ ressalta que a legislação urbana para os centros históricos deveria considerar que *“a regulamentação das zonas adjacentes ao núcleo histórico deve estabelecer, além do uso da terra e da densidade da respectiva ocupação, a relação volumétrica como fator determinante da paisagem urbana e natural”*.

A UNESCO¹⁹, na reunião realizada em Paris em 1968: **Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas** ressalta que a preservação ou a salvaguarda dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas deveria ser assegurada pelos meios abaixo relacionados, cabendo à legislação e à organização de cada Estado precisar as medidas:

- a) Legislação;
- b) Financiamento;
- c) Medidas administrativas;
- d) Métodos de preservação e salvamento dos bens culturais;
- e) Sanções;
- f) Reparações;
- g) Recompensas;
- h) Assessoramento;
- i) Programas educacionais;

Em parte essas medidas foram aderidas na legislação do patrimônio cultural. Ainda falta elaborar uma legislação específica em nível nacional, regional e municipal que norteiem as intervenções urbanas e arquitetônicas nos centros históricos.

Em relação à restauração nos centros históricos, o GOVERNO da ITÁLIA, através da **Carta de Restauo** de 1972²⁰, expressa:

As intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir – através de meios e procedimentos ordinários e extraordinários – a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos. A restauração não se limita, portanto, a operações destinadas a conservar unicamente os caracteres formais de arquiteturas ou de ambientes isolados, mas se estende também à conservação substancial das características conjunturais do organismo urbanístico completo e de todos os elementos que concorrem para definir tais características.

Assim, a salvaguarda do patrimônio cultural nos centros históricos, além da arquitetura, o traçado urbano, os espaços livres públicos e privados, o mobiliário, entre outros. Na Carta de Restauo é considerado²¹:

No que respeita aos elementos individuais através dos quais se efetua a salvaguarda do conjunto, há que serem considerados tanto os elementos edílicos como os demais elementos que constituem os espaços exteriores (ruas, praças, etc) e interiores (pátios, jardins, espaços livres, etc) e outras estruturas significativas (muralhas, portas, fortalezas, etc) assim como eventuais elementos naturais que acompanham o conjunto, caracterizando-o de forma mais ou menos acentuada (entornos naturais, cursos fluviais, singularidade geomórficas, etc.).

Os elementos edílicos que formam parte do conjunto devem ser conservados não apenas quanto aos aspectos formais, que determinam sua expressão arquitetônica ou ambiental, como ainda quanto a seus caracteres tipológicos enquanto expressão de funções que também têm caracterizado, ao longo do tempo, a utilização dos elementos favoráveis.

Deverão ser conservados a manutenção das estruturas viárias, o traçado, o perímetro das edificações e fundamentalmente as tipologias das edificações correspondentes aos estilos arquitetônicos. Além disto, a intervenção a nível urbanístico deverá elaborar:

Reordenamento viário – Refere-se à análise e à revisão das comunicações viárias e dos fluxos de tráfego a que a estrutura estiver submetida, com o fim primordial de reduzir seus aspectos patológicos e de reconduzir o uso do centro histórico a funções compatíveis com as estruturas de outros tempos.

É preciso considerar a possibilidade de integração do mobiliário moderno e dos serviços públicos estreitamente ligados às exigências vitais do centro. Revisão dos equipamentos urbanos – Isso afeta as ruas, as praças e todos os espaços livres existentes (pátios; espaços interiores, jardins, etc.) com o objetivo de obter uma conexão homogênea entre edifícios e espaços exteriores.²²

O Conselho da Europa no Congresso do patrimônio arquitetônico europeu através da **Declaração de Amsterdã** (1975)²³, destaca que a conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento territorial.

Além disto, o Conselho da Europa ressalta que:

A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.

Sendo a natureza dos centros históricos a residência, a reabilitação das mesmas deveria ser ação prioritária no plano urbano.

Por outro lado, a UNESCO, na **Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea**, realizada em Nairobi em 1976²⁴, define que: “*entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais*”. É importante que com o propósito de valorizar o patrimônio cultural, exista uma regulamentação para sua ambiência.

Em relação às construções novas, a UNESCO²⁵ ressalta que:

Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.

Também vale ressaltar que os projetos de arquitetura nos centros históricos devem expressar o estilo contemporâneo, porém ser integrado à ambiência do patrimônio e jamais imitar os estilos do passado.

O ICOMOS, na reunião realizada em Washington, em 1986²⁶, destaca na **Carta de Washington** como um dos objetivos da salvaguarda dos conjuntos históricos “*a participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito*

da salvaguarda e devem ser estimulados. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes”. Para tal, é necessário conhecer a percepção dos moradores em relação ao centro histórico como instrumento da salvaguarda.

2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Apoiando-se em estudos teóricos-metodológicos em cognição, percepção e interpretação ambiental, realizamos a pesquisa junto aos usuários do Centro Histórico de Paraty. Lynch, Yi-Fu-Tuan, Rapoport & Oliveira são autores que se destacam pela abordagem perceptiva em seus estudos.

A percepção ambiental é fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas. Para a psicologia as nossas preocupações estão dentro da cognição: “*processo mental mediante o qual, a partir do interesse da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionamos as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado*”.²⁷

Segundo Rapoport²⁸, “*La percepción ambiental incluye el conjunto de actitudes, motivaciones y valores que influyen en los distintos grupos sociales a la hora de definir el medio ambiente percibido, lo cual afecta no sólo a su conocimiento del medio sino su comportamiento dentro de él*”.

Para Lynch²⁹ sobre a percepção da cidade, ressalta que a imagem da cidade é, além de outras coisas, para ser lembrada, contemplada e apreciada, “*todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações*”. Esta imagem é diferenciada para cada indivíduo e para os diferentes grupos sociais, idades, sexo, cultura, temperamento, entre outros.

Também Tuan³⁰ ressalta que:

A superfície da terra é extremamente variada,...mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente...Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares.

As pessoas podem perceber a mesma cor, forma, textura, etc. de um objeto, mas o significado que atribuem ao objeto pode ser diferente em função das características individuais, da experiência, dos costumes, da personalidade, do temperamento, da idade, do sexo, da renda e da procedência.

Os símbolos da cidade adquirem significado para seus usuários. A pessoa, ao realizar uma determinada atividade no espaço, este espaço se torna o lugar de suas lembranças, podendo ser prático ou emocional. Para Tuan³¹, o espaço em contato com o homem assume muitos significados e “*transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado*”. Diante do processo perceptivo, o Homem estabelece um elo positivo ou

negativo com o meio ambiente, os quais Tuan³² (1980) denomina Topofilia (relação de amizade com o lugar) e Topofobia (relação de medo com o lugar). Com efeito, na medida em que o Homem passa a se relacionar com um espaço anteriormente desconhecido ou desapercibido, ou seja, passa a ter uma relação íntima com o meio ambiente, concretizando um elo topofílico ou topofóbico, o espaço é então chamado de lugar, conforme explicita. Para Tuan:

O lugar é segurança e o espaço é liberdade. (...) Espaço é mais abstrato que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (...) Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

Modos de agir, costumes de um grupo social são variáveis que influem na percepção sobre determinado objeto ou acontecimento. Tuan³³ confirma que “*cada cultura possui seus próprios símbolos de intimidade, amplamente reconhecidos pelas pessoas*”. Assim sendo, cada cultura tem seus modos de agir e atribuir significado ao espaço. Outra variável que pode interferir na percepção da cidade é a personalidade e temperamento do indivíduo. Tuan³⁴, sobre as causas biológicas que influenciam a personalidade e o temperamento, ressalta que:

A causa profunda da variação na personalidade e temperamento reside nas glândulas endócrinas; mesmo as chamadas pessoas normais mostram diferenças importantes. As glândulas endócrinas liberam hormônios no sangue, que têm um efeito marcante nas emoções e sensação de bem estar das pessoas.

A idade é uma variável que influencia a percepção, havendo diferenças significantes entre os adultos e os jovens. O sexo é outra variável. Geralmente a educação dos filhos se faz por sexo. Estas diferenças entre homem e mulher fazem com que o conhecimento do espaço seja também diferente: a mulher conhece com mais detalhes o espaço interno, e o homem conhece melhor o espaço externo. Além disto, sobre as diferenças entre a mulher e o homem, Tuan³⁵, aponta que:

Masculino e feminino não são distinções arbitrárias, as diferenças fisiológicas entre homem e mulher são claramente especificáveis, e pode-se esperar que estas diferenças afetam os modos de responder ao mundo... Como o homem tem menos gordura no tecido, é mais sensível ao frio do que a mulher. A pele da mulher é mais delicada, mais suave e provavelmente mais sensível do que a do homem, ela é mais susceptível às sensações táteis.

As diferenças entre as classes sócio-econômicas se manifestam em uma percepção diferenciada sobre o espaço. Assim, a pessoa com uma renda baixa pode perceber no espaço os problemas relacionados com suas necessidades básicas como saneamento, falta de oportunidades de trabalho, etc. No entanto, a pessoa com uma renda média ou alta identificará no espaço aqueles problemas relacionados com a poluição ambiental, congestionamento do trânsito, falta de áreas de lazer, entre outras.

A procedência do indivíduo também influi na percepção. As pessoas do lugar se relacionam melhor com o espaço do que aquelas pessoas visitantes ou de permanência temporária.

Com relação à cidade natal, Tuan³⁶ ressalta que *“a cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico; no entanto ofendemo-nos se um estranho a critica”*. Isto é, para os do lugar, a cidade é um mundo de significados, os espaços e símbolos têm significados. Além disto, as pessoas do lugar se deslocam melhor, de uma maneira mais rápida que os visitantes.

Para Tuan³⁷, *“a cidade é um lugar, um centro de significados por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis; mais ainda, a própria cidade é um símbolo...e, sem a arquitetura, os sentimentos sobre o espaço permanecem difusos e fugazes”*. A visibilidade da cidade é representada pela sua arquitetura, estradas, praças, monumentos, parques, árvores, entre outros. Símbolos que para os usuários servem de orientação em seus deslocamentos.

Além disto, Lynch³⁸ afirma que, *“na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas, sim, bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos, e a imagem é o composto resultante de todos eles”*. Isto é, a percepção que temos sobre a cidade não é completa, pois nossas lembranças estão em relação a determinados fatos acontecidos ou vivenciados num determinado espaço da cidade. Podemos conhecer só uma parte da cidade, mas a impressão que temos dela está em função de nossas vivências.

Para Lynch³⁹, a cidade é objeto de percepção das pessoas das diversas classes sociais e também produto da construção que continuamente está sendo modificada. Além disto, na cidade são importantes tanto as pessoas como seus elementos físicos e imóveis. Porque o homem não é um simples observador, também é construtor da cidade.

A descaracterização, a destruição e degradação ambiental no centro histórico levam à perda da identidade, da memória, da cultura, do lugar das pessoas. Diante disto, considera-se imprescindível os estudos de cognição, percepção e interpretação ambiental, no conhecimento da identidade e valores do homem para com o meio ambiente, e fundamentalmente nos subsídios para a intervenção projetual na salvaguarda do centro histórico.

Para a melhor compreensão da importância do centro histórico de Paraty e da relação dos usuários com este centro histórico, a seguir serão expostas as principais características históricas, urbanísticas e arquitetônicas.

3. CENTRO HISTÓRICO DE PARATY

Paraty está localizada no Estado de Rio de Janeiro. Surgiu, provavelmente, em meados do século XVI. O povoamento iniciou-se no morro, hoje chamado “do forte”, onde se construiu uma capela dedicada a São Roque e depois, por volta de 1646, o povoamento transferiu-se para o local atual, em terras doadas por Da. Maria Jácome de Mello.

É elevada a categoria de Vila por Carta Régia de Dom Afonso VI, em 28 de Fevereiro de 1667. Seu desenvolvimento urbano se deu nos séculos XVII e XVIII em função do

caminho misto, marítimo e terrestre, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo e às Minas Gerais, no chamado “Ciclo de Ouro”. Neste período, o movimento do porto era intenso no escoamento de ouro e no recebimento de especiarias de Portugal. Em Paraty se cultivava principalmente o café, a cana de açúcar e a fabricação de açúcar e aguardente, Paraty passou a ser sinônimo de cachaça.

Por Decreto-Lei de 17 de dezembro de 1813 foi agraciada com o título de Condado, sendo seu primeiro Conde Dom Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco.

Com a construção do caminho para São Paulo, através do Vale de Paraíba, deslocou-se o transporte do ouro, passando a Vila a viver da agricultura, açúcar, café e aguardente.

Foi elevada Cidade pela Lei Provincial nº 302 de doze de março de 1844. No final do século XIX, em virtude da abolição da escravatura e da construção da Estrada de Ferro ligando o Rio a São Paulo, o porto perde seu movimento e a cidade entra em decadência. Isolada das cidades vizinhas até 1950, a cidade conservou seu traçado urbano, com sua forma quadrangular, e suas edificações residenciais e públicas, em sua maior parte dos séculos XVIII e XIX.

Por Decreto Lei nº 1450, em 1945, foi reconhecida como Patrimônio Histórico Estadual, tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1958 e considerada como Monumento Histórico Nacional pelo Decreto nº 58.077, em 1966.

A cidade está situada ao nível do mar, emoldurada pela serra. O calçamento irregular das ruas, chamado “pé-de-moleque”. É proibida a circulação de automóveis e motocicletas no centro histórico, o que proporciona um passeio tranquilo e agradável.

Atualmente seu centro histórico abriga as funções: residencial, comércio, serviços, administração pública, culto. A arquitetura, em sua grande maioria de estilo colonial, configura um conjunto harmonioso. Destacam-se as igrejas (Nossa Senhora dos Remédios, Santa Rita, Nossa Senhora do Rosário), Capela de Nossa Senhora das Dores, o Quartel de Patitiba, o Forte Defensor Perpétuo, a Santa Casa de Misericórdia, o Chafariz de mármore da Praça do Pedreira e a antiga casa da Câmara e Cadeia, entre outros.

A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi construída, em 1646, demolida e, em seu lugar foi erguida uma maior em estilo neoclássico, iniciada em 1787 e concluída em 1873. Atualmente abriga o culto e a Pinacoteca Antonio Marino Gouveia.

A Igreja de Santa Rita foi construída em 1722, arquitetura Jesuítica, apresenta elementos internos do Barroco-Rococó. Nela funciona, hoje, o Museu da Arte Sacra de Paraty sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A Capela de Nossa Senhora das Dores construída em 1800.

A antiga Casa da Câmara e Cadeia, atual Pousada Colonial. No pavimento térreo funcionou o Senado da Câmara e a Cadeia Pública. O pavimento superior foi construído posteriormente.

O Quartel da Fortaleza da Patitiba foi construído no início do século XVIII; hoje, ali funcionam a Secretaria de Turismo e Cultura e o Instituto Histórico e Artístico de Paraty.

O Forte Defensor Perpétuo, situado no Morro do Forte, foi erguido em 1703, recebeu o Título de “Defensor Perpétuo”, em 1822, em homenagem ao Imperador Dom Pedro I. Hoje, abriga o Centro de Artes e Tradições Populares.

Os “Passos”, pequenos altares públicos, destinados à Procissão dos “Passos”, na Semana Santa. Dos sete existentes, restam três, situados dois na Rua do Comércio e um na parede lateral da Igreja de Santa Rita.

A Santa Casa de Misericórdia fundada em 1822.

O Chafariz do Pedreira foi mandado construir, em 1851, pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, para abastecer de água a cidade.

Paraty é um nome Tupy, que significa “Peixe de Rio”, peixe da família das tainhas, muito abundante na região.

Para conhecer o significado que os usuários atribuem ao Centro Histórico de Paraty, a identificação dos lugares, dos elementos urbanos mais importantes, dos problemas e de suas soluções, foi realizada a pesquisa de campo.

4. MATERIAIS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo teve uma seqüência metodológica caracterizada pelos seguintes materiais e procedimentos.

Materiais

Para a elaboração da pesquisa de campo foram utilizados o plano do Centro Histórico de Paraty, os questionários, equipamentos de informática e software.

- Plano do Centro Histórico de Paraty;
- Questionários e entrevistas aos moradores;
- Scanner;
- Microcomputador;
- Impressora a jato tinta hp deskjet 5550 colorida.
- Photoshop, Word 97.

Procedimentos

A pesquisa de campo teve uma seqüência metodológica caracterizada pelas seguintes fases: delimitação da área de pesquisa, elaboração e aplicação dos questionários, características dos sujeitos e de suas famílias, resultados e discussões. Os resultados e discussões subsidiaram a reflexão sobre os critérios para a proposta de diretrizes projetuais para a salvaguarda do Centro Histórico de Paraty.

Delimitação da área da pesquisa

Em Paraty, a área escolhida para a pesquisa de campo foi o Centro Histórico de Paraty. Esta área foi reconhecida como Patrimônio Histórico Estadual, tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e considerada como Monumento Histórico Nacional. Nesta área estão as edificações representativas dos séculos XVIII e XIX.

Elaboração e aplicação dos questionários

Para a coleta dos dados, foi elaborado um questionário. O questionário consta de duas partes: a primeira é referente a coleta dos dados sócio-econômicos dos entrevistados e de suas famílias: relação de propriedade com o imóvel, tempo de moradia na residência, renda familiar, idade, sexo e grau de escolaridade. A segunda parte se constitui de questões abertas referentes à percepção e à cognição que o entrevistado tem em relação à salvaguarda do Centro Histórico de Paraty.

Os questionários foram aplicados pelos alunos do 4º ano, da disciplina Técnicas Retrospectivas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, diretamente aos proprietários ou inquilinos dos imóveis. Foram preenchidos no momento e no local do imóvel, sendo aplicados durante o dia, em horários variados, durando em média quarenta minutos, nos dias 9 e 10 de abril de 2001.

Características dos sujeitos e de suas famílias

Foram entrevistados 60 moradores de ambos os sexos com idade superior a 18 anos. Este número foi considerado suficiente para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Dos entrevistados, 53,3% eram mulheres e 46,7% homens, sendo a maioria jovens e adultos entre 18 e 64 anos (80%).

Os entrevistados e suas famílias fazem um total de 128 moradores. Em relação aos dados referentes aos moradores, a faixa etária está caracterizada por que 67,2% está na faixa de 15 a 65 anos, 4,7% tem entre 0 a 14 anos e 28,1% tem mais de 65 anos. Conclui-se que o centro histórico tem uma população jovem, reflexo do grande número de jovens que trabalham. As famílias com crianças pequenas preferem morar fora do centro histórico. Em relação ao sexo, 51,6% são mulheres e 48,4% são homens. Dos entrevistados, 81,5% nasceram em Paraty, 8,7% em outras cidades dos Estado do Rio de Janeiro, 6,8% em outros Estados e 2,9% em outros países.

O grau de escolaridade dos moradores está caracterizado por que 38,1% possui nível primário, 34,3% nível secundário, 16,2% nível superior, 4,8% nível técnico, 2,4% não estão em idade escolar e 2,4% são analfabetos.

Em relação à ocupação dos moradores, 31,0% são trabalhadores autônomos, 19,8% são empregados, 15,1% são aposentados, 14,3% são estudantes, do lar e profissionais autônomos são 6,3% cada, domésticas, empregadores e desempregados são 3,2% cada. A maioria dos entrevistados são comerciantes e artesãos.

A renda das famílias se caracteriza por que 41,5% encontra-se na faixa entre 5 a 10 salários mínimos, 36,6% obtém uma renda entre 2 a 4 salários mínimos, 12,3% obtém entre 11 a 20 salários mínimos, 4,8% um salário mínimo e outros 4,8% mais de 20 salários mínimos.

5.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à percepção dos moradores sobre a salvaguarda do Centro Histórico de Paraty foram levantadas as seguintes questões: Que vem à cabeça quando ouve a palavra Paraty?, Qual ou quais são os prédios e espaços públicos livres que mais representam o centro histórico?, Você considera importante conservar esses prédios ou espaços públicos livres?, Como deveria ser feito para conserva-los?, Você gosta de morar no centro histórico?. Por quê?, Indique os principais problemas existentes no centro histórico e Como deveria ser feito para resolvê-los?. As respostas foram analisadas quantitativa e qualitativamente. Selecionamos as respostas de maior frequência por que elas representariam mais significativamente a situação real.

Que vem a cabeça quando ouve a palavra Paraty?

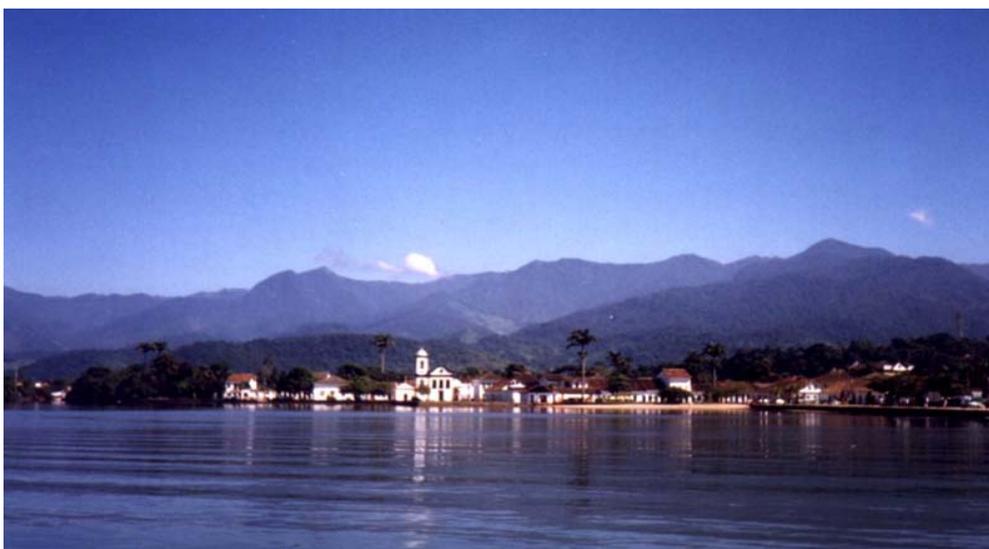
As respostas foram selecionadas nas seguintes categorias: tranqüilidade, históricas, estéticas, afetivas, naturalidade, significação e urbanas. A maioria das respostas (29,3%) se relacionam com a tranqüilidade e o sossego da cidade, 21,6% com a história da cidade, 19,6% com a estética, 15,7% com a afetividade, 7,8% com a naturalidade, 4,0% com o significado e 2,0% com o urbano.

As ruas do Centro Histórico de Paraty são para os pedestres, só em casos de emergência e de necessidade é permitido o acesso de veículos. Isto faz com que as pessoas se desloquem com tranqüilidade e apreciem a beleza do lugar sossegadamente. Assim, o centro histórico está caracterizado pela "*tranqüilidade*" (48 anos, caseira, natural de Paraty) e por que "*bom para viver, vida calma*" (48 anos, vendedor, natural de Paraty). Ver Foto 1.



*Foto 1: Rua para pedestres no Centro Histórico de Paraty.
FONTE: SALCEDO, 2001*

A origem da cidade de Paraty data do século XVI. Nos séculos XVII e XVIII, o movimento do porto era intenso no escoamento de ouro e no recebimento de especiarias de Portugal. Atualmente é cidade turística, reconhecida como Patrimônio Histórico Estadual e Monumento Histórico Nacional. Paraty é lembrada por seus fatos históricos que marcaram a memória e a identidade: “*lembra um grande cenário cultural, poderia ser para filmes, produções*” (37 anos, atriz, natural do Rio de Janeiro), representa a “*história do Brasil*” (48 anos, artesã, natural do Rio de Janeiro). Ver Foto 2.



*Foto 2: Vista panorâmica do Centro Histórico de Paraty.
FONTE: SALCEDO, 2001*

O traçado urbano da cidade é em forma regular. A arquitetura em sua grande maioria de estilo colonial configura um conjunto harmonioso: “é o *paraíso*” (41 anos, professora, natural de Paraty).

Também as pessoas relacionam Paraty com os laços afetivos: a família e os amigos: “*saudades da minha família*” (aposentada, 62 anos, natural de Paraty).

O calçamento irregular da rua, chamado “*pé-de-moleque*”. Assim, as “*ruas*” (69 anos, aposentado, natural de Paraty) são lembranças fortes. Ver Foto 3.



Foto 3: Calçamento irregular da rua: “*pé-de-moleque*”, Centro Histórico de Paraty.

FONTE: SALCEDO, 2001

O lugar onde nascemos, crescemos e nos realizamos se torna o “lugar”, está cheio de lembranças: “*lembranças boas, adoro o lugar*” (61 anos, aposentada, natural de Paraty), “*nasci aqui, coisa boa, família*” (44 anos, caseira, natural de Paraty).

Paraty é um nome Tupy, que significa “Peixe de Rio”. Alguns entrevistados quando ouvem a palavra Paraty lembram do “*peixe da região*” (76 anos, aposentada, natural de Paraty).

Qual ou quais são os prédios ou espaços públicos livres que mais representam o centro histórico?

A maioria das respostas indicam como elementos urbanos importantes no centro histórico as igrejas (Matriz, Igreja Santa Rita, Igreja do Rosário, Igreja de Nossa Senhora das Dores e Igreja dos Remédios) com 62,8%, as edificações públicas (Casa do Príncipe Dom João, Casa da Cultura, Prefeitura, Forte, Câmara), 20,6%, os casarões, 7,7%, o conjunto,

5,1% e a rua do comércio, 3,8%.

Os elementos que mais representam o centro histórico pela sua arquitetura, história e beleza são “as igrejas” (30 anos, vendedor, natural de Paraty). Entre estas as mais indicadas são: “Igreja da Matriz” (98 anos, natural de Portugal), “Igreja do Rosário” (67 anos, pintora, natural do Rio de Janeiro), “Igreja de Santa Rita, Igreja de Nossa Senhora das Dores” (40 anos, comerciante, natural do Rio de Janeiro). Ver Foto 4.



Foto 4: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, Centro Histórico de Paraty.
FONTE: SALCEDO, 2001

Também os edifícios públicos são expressivos para a história do centro histórico, entre eles o “sobrado do IPHAN, o Forte, o Fórum” (67 anos, aposentado, natural de Paraty).

Os casarões e casarios, espaços que abrigaram a moradia das gerações passadas e hoje adaptados aos costumes das gerações presentes são elementos de identidade: “casas antigas do centro histórico” (40 anos, comerciante, natural de Rio de Janeiro). Ver Foto 5.



Foto 5: Casas térreas e sobrados no Centro Histórico de Paraty.
FONTE: SALCEDO, 2001

As ruas como resultante da implantação das edificações se tornam um elemento urbano importante porque através delas fazemos a leitura histórica da cidade. Os espaços construídos e os espaços públicos são a expressão viva da organização social, econômica, cultural e política dos povos. A conservação expressiva das tipologias, do traçado urbano e da arquitetura colonial expressam: “*a harmonia do conjunto*” (64 anos, aposentado, natural de Paraty) e “*não existe um prédio, mas sim o conjunto*” (barqueiro, 35 anos, natural do Rio de Janeiro). As ruas também são marcos importantes da cidade, “*Largo do Rosário, Rua do Comércio*” (67 anos, pintora, natural de Rio de Janeiro).

Você considera importante conservar esses prédios ou espaços públicos livres?

A maioria das respostas (96,3%) indica que sim, existe uma conscientização para conservar esses elementos urbanos de grande valor histórico, arquitetônico, cultural e afetivo. Só 3,3% indicaram que nada deveria ser feito para conservar o patrimônio, porque “são bem conservados” (23 anos, comerciante, natural de Porto Seguro).

Como deveria ser feito para conserva-los?

As respostas indicam que é importante a conservação e a restauração (46,9%), 34,8% consideram financiamento e isenção fiscal dos governos federal, regional e local, 4,1% conscientização da população, 4,1% fiscalização, 4,1% assessoramento técnico, 2,0% apoio da iniciativa privada, 2,0% legislação específica e 2,0% reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A restauração é indispensável para a preservação da tipologia arquitetônica e a salvaguarda do patrimônio. Sendo necessário o “restauro, manutenção por parte do governo em aliança com os moradores” (40 anos, comerciante, natural de Paraty).

Além da conscientização da população, da necessidade de conservar e restaurar o centro histórico, tudo isto só será possível com o financiamento, a isenção fiscal: “a Prefeitura deveria ajudar na restauração dos imóveis com a diminuição dos impostos” (75 anos, do lar, natural de Paraty), “falta de recursos financeiros para a manutenção” (40 anos, comerciante, natural do Rio de Janeiro), “isenção fiscal, união das empresas públicas e privadas para incentivar a conservação do patrimônio” (38 anos, vendedor, natural de São Paulo).

A necessidade da conscientização das pessoas é fator importante para a preservação dos elementos urbanos e do centro histórico em geral: “a preservação das residências por parte dos proprietários” (48 anos, artesã, natural do Rio de Janeiro).

Além disto, é importante a “continuidade da fiscalização do Patrimônio Histórico pelo IPHAN” (55 anos, comerciante, natural de Paraty).

Outra categoria importante para a conservação dos prédios é o assessoramento técnico com profissionais qualificados: “manutenção com mão-de-obra qualificada, assessoria com técnicos no assunto” (45 anos, comerciante, natural de Paraty).

Também foi indicado a Legislação específica para a salvaguarda do patrimônio: “leis que protejam o patrimônio” (52 anos, comerciante, natural de São Paulo).

Os entrevistados expressaram ainda que para, conservar os prédios e espaços públicos livres, era necessário “torná-los todos patrimônio pela UNESCO” (40 anos, artesã, natural de outro estado).

Você gosta de morar no centro histórico? Por quê?

A maioria das pessoas entrevistadas (85,0%) gostam de morar no centro histórico e só 15,0% não gostam.

Dos que gostam, 31,8% disseram pela tranquilidade, 20,0% pela afetividade, a beleza e o trabalho 14,5% cada, 10,9% a proximidade aos serviços, 5,0% a casa própria e 3,3% o costume.

A maioria dos entrevistados gostaria de continuar morando no centro histórico “porque é tranquilo” (aposentado, 64 anos, natural de Paraty).

A harmonia do conjunto urbano e arquitetônico, também é um motivo para gostar de viver. O centro histórico “é o melhor lugar da cidade e fornece renda para a família” (38 anos, vendedor, natural de São Paulo), “é bonito e muito animado em época de férias, conhece muita gente” (48 anos, artesã, natural de Rio de Janeiro).

A afetividade pelo lugar, os parentes e amigos é outra categoria presente na escolha da

moradia. A cidade onde nascemos, moramos e nos realizamos, torna-se o “lugar”. “*Tudo acontece no centro, os laços são muito fortes*” (37 anos, arquiteto, natural de Paraty), “*a família inteira morou lá*” (62 anos, aposentada, natural de Paraty), “*porque é o meu lugar, sempre estive aqui*” (61 anos, comerciante, natural de Paraty).

Também as pessoas gostam de morar no centro pela proximidade ao trabalho e ao comércio: “*porque é fonte de renda e é tranquilo*” (55 anos, vendedora, natural de Paraty), “*comércio perto*” (98 anos, natural de Portugal).

Também, não menos importante para gostar de continuar morando no centro histórico é o costume: “*já me acostumei*” (aposentada, 61 anos, natural de Paraty).

Não gostam de morar no centro histórico por que “*é muito parado, não tem o que fazer*” (40 anos, comerciante, natural do Rio de Janeiro).

Indique os principais problemas existentes no centro histórico. Como deveria ser feito para resolvê-los?

A maioria dos entrevistados (97%) disseram que há problemas no centro histórico e somente 3% indicaram que não existem problemas. Dos que disseram haver problemas, (63,5%) indicaram o saneamento básico (esgoto, iluminação pública, lixo), 13,5% vandalismo e drogas, 7,7% transporte e a cobertura das vias, 5,8% péssimo estado de conservação dos prédios, equipamentos coletivos básicos (educação, saúde), falta de financiamento para a salvaguarda do patrimônio, desemprego, poluição do mar e descaso da prefeitura, 1,9% cada.

Um dos principais problemas no centro histórico é o saneamento básico: “*esgoto é o principal deles*” (35 anos, barqueiro, natural do Rio de Janeiro), “*o mau cheiro das ruas provocado pelas fossas*” (61 anos, comerciante, natural de Paraty), “*sujeira, esgoto não tratado e problemas na sua instalação nas ruas, quando chove o esgoto sobe*” (38 anos, artesã, natural de São Paulo).

Outro problema maior é o vandalismo e o consumo de drogas que acontecem geralmente em áreas degradadas e pouco policiadas. Assim, os entrevistados disseram, “*não tem segurança*” (23 anos, comerciante, natural de Porto Seguro), “*vandalismo*” (44 anos, caseira, natural de Pernambuco), “*falta de policiamento, drogas*” (41 anos, professora, natural de Paraty).

Em relação ao financiamento indicaram: “*falta de recursos financeiros para a restauração dos prédios*” (40 anos, comerciante, natural de Rio de Janeiro).

Também é considerado um dos problemas do centro histórico “*o desemprego*” (44 anos, desempregado, natural de Paraty).

Em relação ao que deveria ser feito para resolvê-los, a maioria (38,7%) indicaram melhorar o saneamento básico, 24,2% não souberam, 17,7%, disseram que deveria melhorar a administração pública, 9,7%, a segurança, 6,5%, a restauração dos prédios e 3,2%, melhorar os equipamentos coletivos.

Para solucionar os problemas do saneamento básico indicaram: “*tratamento do esgoto*” (44 anos, caseira, natural de Paraty), “*melhoria do saneamento básico*” (57 anos, empresário, natural de Paraty), “*saneamento básico adequado, iluminação mais eficaz e fiação subterrânea*” (55 anos, comerciante, natural do Rio de Janeiro).

Os problemas de saneamento básico, dos equipamentos coletivos, da legislação e preservação do patrimônio, entre outros está em função de “*melhorar a administração pública, modernização do hospital (aparelhos e médicos), recursos para o asilo, a área cultural e educacional*” (18 anos, vendedora, natural de Paraty), “*a prefeitura e o governo deveriam se conscientizar*” (aposentada, 61 anos, natural de Paraty). Para melhorar a qualidade de vida dos moradores é importante implementar “*as áreas de lazer, de educação e de saúde*” (42 anos, empresário, natural da Inglaterra).

6. PROPOSTA DE DIRETRIZES PROJETUAIS PARA A SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO DE PARATY

Em função dos aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais, físico-espaciais, da legislação urbana, das recomendações contidas nas Cartas Internacionais sobre o patrimônio, da percepção e cognição que os moradores têm sobre o centro histórico e de nossa vivência, propomos as diretrizes projetuais para a salvaguarda do Centro Histórico de Paraty.

Consideramos que é de fundamental importância elaborar uma legislação específica para o centro histórico, porém por si só não é suficiente. Em matéria de métodos de preservação e salvamento seria necessário que os governos locais encarregados da salvaguarda dos bens culturais elaborassem normas e medidas no plano de desenvolvimento urbano da cidade para assegurar a proteção *in situ* dos bens culturais.

Em relação ao financiamento, dispor de um orçamento suficiente para assegurar a preservação, diminuição dos impostos de IPTU e créditos a juros baixos para os proprietários que restaurem ou reabilitem seus imóveis, entre outros.

Medidas administrativas como a constituição de uma instituição oficial de salvaguarda representada por autoridades encarregadas da salvaguarda dos bens culturais das entidades públicas, privadas e da população organizada. Pessoal qualificado em matéria de preservação dos bens culturais: arquitetos, urbanistas, arqueólogos, historiadores, geógrafos e outros especialistas e técnicos. Esta instituição deveria documentar, legislar, fiscalizar, assessorar e difundir a salvaguarda do patrimônio.

Os governos deveriam adotar as medidas necessárias para que as infrações cometidas intencionalmente ou por negligência em relação ao patrimônio sejam severamente punidas por seus códigos penais, que deveriam prever penas de multa ou prisão.

Considerando que a residência é a função básica do centro histórico, função permanente, testemunha viva das manifestações sociais, condição básica da existência do ser humano e fundamentalmente é a natureza do centro histórico, frente ao adensamento, à descaracterização, à deterioração e à destruição do patrimônio arquitetônico residencial, à deficiente qualidade das residências e à expulsão crescente dos moradores, é relevante a

reabilitação das residências (a preservação do patrimônio arquitetônico, a qualidade da residência e a permanência dos moradores) como instrumento de sua salvaguarda⁴⁰.

Entendemos a reabilitação das residências como a ação que preserva, o mais possível, as tipologias, os volumes, os usos de solo e a composição social dos seus moradores. A adequação dos espaços construídos para as novas necessidades das famílias procura não descaracterizar a edificação existente. Busca-se fazer intervenções mínimas necessárias para conseguir a privacidade, o conforto ambiental e a satisfação das necessidades dos moradores.

As instituições competentes deveriam obrigar as autoridades locais e os proprietários particulares de bens culturais a procederem às restaurações, revitalizações ou reabilitações, sendo-lhes concedidas assistência técnica e créditos de financiamento.

As propostas para a salvaguarda do centro histórico passam pela requalificação urbana que se produz principalmente na valorização da cidade, que se transforma e atualiza sobre si mesma. A requalificação urbana passa por repensar a cidade, desde si mesma, com seus atributos e suas dificuldades, dar soluções modernas aos problemas da cidade a partir de suas características sociais, econômicas, culturais, políticas e das condições-físico espaciais. Só os planos e projetos estratégicos são capazes de engendrar algumas idéias-força que façam possível a “requalificação urbana”⁴¹.

Para tal, é necessário a elaboração e implementação do plano e de um conjunto de projetos estratégicos para o centro da cidade, enquadrados no planejamento integral da cidade de Paraty.

Objetivos do plano:

- Transformar a economia do centro da cidade num centro de comércio e serviços para esta área central.
- Tornar o centro um espaço de lazer e cultura para toda a população da cidade.
- Incentivar a construção e adaptação de edifícios para usos mistos: habitação e comércio ou habitação e serviços.

Considerações na elaboração do plano:

- legitimar os projetos estratégicos
- dar coerência territorial e econômica aos projetos estratégicos.
- garantir a multidimensionalidade (funcionalidade e rentabilidade máxima) dos projetos estratégicos⁴².
- permitir a participação da comunidade local e da iniciativa privada no processo de sua implementação.
- a Prefeitura deve ser o agente impulsor, através da legitimação do plano e de investimentos públicos.
- outorgar incentivos aos investidores privados e aos proprietários para a implementação do plano através de isenção fiscal e de créditos bancários.
- parcerias da prefeitura com os investidores privados e os agentes sociais.
- fazer mudanças dos usos do solo existente no centro para atividades e usos que criem uma especialização temporal. Atividades âncora, geradoras de atividades econômicas (lazer, cultura, habitação, comércio entre outros)

Os projetos estratégicos estruturadores do plano devem ser de alta qualidade, que possibilitem sua competitividade econômica e social e dêem uma dinâmica à estrutura existente, melhorando a qualidade de vida.

- Canalização do esgoto e seu tratamento;
- Coleta seletiva do lixo e reciclagem;
- Melhorar a cobertura das vias;
- Centro de cultura e lazer para jovens e pessoas da terceira idade;
- Revitalização das praças;
- Centro de serviços à comunidade: pronto socorro e posto policial;
- Centro de comércio vinte e quatro horas;
- Reabilitação das edificações residenciais;
- Revitalização e restauração das edificações comerciais e de serviços;
- Revitalização e restauração das edificações públicas;
- Mobiliário urbano: lixeiras, luminárias, letreiros entre outros;
- Fiação elétrica subterrânea

NOTAS FINAIS

¹ CONSELHO DA EUROPA. Manifesto de Amsterdã: Carta europeia do patrimônio arquitetônico, 1975. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 246.

² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de Documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 178.

³ SANTOS, M. **Manual de Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 181.

⁴ GOVERNO DA ITÁLIA. Carta de restauro, 1972. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 212.

⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; GOVERNO DOMINICANO. Resolução de São Domingos: I Seminário Interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano, 1974. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 225.

⁶ HARDOY, J. E.; SANTOS dos, M. R.. Impacto de la urbanización en los centros históricos latinoamericanos. PNUD/UNESCO, 1983.

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA; PROYECTO REGIONAL DE PATRIMONIO CULTURAL ANDINO. **Coloquio sobre la preservación de los centros históricos ante el crecimiento de las ciudades contemporáneas**, 1977.

⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Normas de Quito, 1967. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 131.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Normas de Quito, 1967. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 131.

⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, Nairobi, 1976. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 255.

-
- ¹⁰ KUHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p. 181.
- ¹¹ SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 23.
- ¹² SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas de 1931. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 16.
- ¹³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, Paris, 1962. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, pp. 99-100.
- ¹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, Paris, 1962. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p.100.
- ¹⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, Paris, 1962. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, pp.101-102.
- ¹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, Paris, 1962. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p.102.
- ¹⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, Quito, 1967. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p.141.
- ¹⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, Quito, 1967. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p.143.
- ¹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas, Paris, 1968. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 152
- ²⁰ GOVERNO DA ITÁLIA. Carta do Restauro, Itália, 1972. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 212.
- ²¹ GOVERNO DA ITÁLIA. Carta do Restauro, Itália, 1972. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 213.
- ²² GOVERNO DA ITÁLIA. Carta do Restauro, Itália, 1972. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, pp. 214-215.
- ²³ CONSELHO DA EUROPA. Congresso do patrimônio arquitetônico europeu: Declaração de Amsterdã, Amsterdã, 1975. Carta do Restauro, Itália, 1972. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, pp. 231-232.
- ²⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, Nairobi, 1976. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos n° 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 255.

- ²⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, Nairobi, 1976. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos nº 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 262.
- ²⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas: Carta de Washington, Washington, 1986. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **Cartas patrimoniais** (Caderno de documentos nº 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 324.
- ²⁷ DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. Percepção ambiental (organizadores). São Carlos: EDUFSCar, 1996, p.x.
- ²⁸ RAPOPORT, A. Aspectos humanos de la forma humana. Barcelona: Gustavo Gili, 1978, p.43.
- ²⁹ LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1988, p.11.
- ³⁰ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Ed. Difel, 1983, p.151.
- ³¹ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Ed. Difel, 1983, p.151.
- ³² TUAN, Yi-Fu. Topofilia. São Paulo: Ed. Difel, 1980, pp. 3,8.
- ³³ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Ed. Difel, 1983, p.163.
- ³⁴ TUAN, Yi-Fu. Topofilia. São Paulo: Ed. Difel, 1980, p. 53.
- ³⁵ TUAN, Yi-Fu. Topofilia. São Paulo: Ed. Difel SA., 1980, p. 61.
- ³⁶ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Ed. Difel, 1983, p.11.
- ³⁷ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Ed. Difel, 1983, p.191.
- ³⁸ LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1988, p.12.
- ³⁹ LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1988, p.11.
- ⁴⁰ SALCEDO, R. F. B. A reabilitação da residência como instrumento de salvaguarda dos Centros Históricos de Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil), Patrimônio Cultural da Humanidade. São Paulo, USP-PROLAM, Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, 2003.
- ⁴¹ BUSQUETS, J. **Evolución del planeamiento hacia la escala intermedia**. In : Disciplina: Seminários de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, FAU-USP, 1999.
- ⁴² BORJA, J. e CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid, Taurus, 1997.

BIBLIOGRAFIA

- BORJA, J. e CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid, Taurus, 1997.
- BUSQUETS, J. **Evolución del planeamiento hacia la escala intermedia**. In : Disciplina: Seminários de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, FAU-USP, 1999.
- DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- DIUNER, J. M. **História de Paraty sob enfoque da Secretaria de Turismo**. Paraty
- GUELL, J. M. F. **Planificación estratégica de ciudades**. Barcelona, Gustavo Gili, 1997.
- HARDOY, J.E.; SANTOS dos, M. R. **Impacto de la urbanización en los centros históricos latinoamericanos**. PNUD/UNESCO, 1983.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas patrimoniais**: Caderno de documentos Nº 3. Brasília: IPHAN, 1995.
- KUHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1988.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATI. Lei Municipal Nº 655 de 16 de novembro de 1983. **Código de Obras do Município de Parati**, 1983.
- RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma humana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RIO, V. del. **Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição ao estudo da percepção ambiental.** São Paulo, USP- FAU, Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, 1991.

SALCEDO, R. F. B. **O espaço urbano no Centro Histórico de Cusco, Peru.** Rio Claro, UNESP, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1994.

_____ **A reabilitação da residência como instrumento de salvaguarda dos Centros Históricos de Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil), Patrimônio Cultural da Humanidade.** São Paulo, USP-PROLAM, Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, 2003.

SANTOS, M. **Manual de Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. **Paraty – Cidade Histórica,** Monumento Nacional.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar.** São Paulo: Ed. Difel, 1983.

_____ **Topofilia.** São Paulo: Ed. Difel, 1980.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZANCHETI, S.; MARINHO, G. e LACERDA, N. **Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação.** Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

Resumo

A crescente concentração do comércio e dos serviços, a expulsão da função residencial, o deficiente saneamento básico, a falta de legislação específica e de mecanismos de financiamento para a salvaguarda do patrimônio edificado entre outros estão levando a perda da qualidade de vida, a deterioração, a descaracterização e mesmo a destruição das tipologias arquitetônicas no Centro Histórico de Paraty (R.J.), tombado pelo IPHAN em 1958. Diante disto, tornam-se necessários os estudos de percepção e cognição ambiental para compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, conhecer suas expectativas, julgamentos, condutas e o grau de conscientização dos usuários em relação à preservação do patrimônio que nos levem a propor a salvaguarda do centro histórico. O presente trabalho tem como objetivos: conhecer o significado que os usuários atribuem ao centro histórico, a identificação dos lugares, dos elementos urbanos mais importantes, dos problemas e de suas soluções, e a proposta de diretrizes projetuais para a salvaguarda do centro histórico e da qualidade de vida dos usuários. Para tal, elaboramos as seguintes fases: a abordagem teórica sobre os centros históricos e a percepção ambiental, as características gerais do Centro Histórico de Paraty, os materiais e os procedimentos da pesquisa de campo, os resultados e as discussões, e a proposta de diretrizes projetuais para a salvaguarda deste centro histórico. Com este trabalho pretendemos contribuir com os estudos sobre a percepção ambiental nos centros históricos, subsidiar à elaboração dos projetos específicos que levem a melhorar a qualidade de vida e a salvaguarda do Centro Histórico de Paraty.

Palavras-chave: percepção ambiental, patrimônio cultural, centro histórico, salvaguarda.

LA PERCEPTION AMBIANTALE DANS LA PROPOSITION DE DIRECTRICES DES PROJETS POUR LA SAUVEGARDE DES CENTRES HISTORIQUES. L'ESTUDE DE CAS: PARATY (RIO DE JANEIRO)

Resumé

La croissante concentration du commerce et des services, l'expulsion de la fonction résidentielle, l'imparfait assainissement basique la faute de législation spécifique et la faute de mécanismes de financement pour la sauvegarde du patrimoine édifié en outre, provoquent la perte de la qualité de vie, la détérioration et la perte des caractéristiques et même la destruction des typologies architectoniques dans le Centre historique de Paraty (R. J.), tombé par l'IPHAN, en 1958. En face de cela, il faut des études de perception et de cognition ambiante pour mieux comprendre les inter-relations entre l'homme et le milieu ambiant, il faut connaître ses attentes, des jugements et des conduits, le degré de conscientisation des usagers en relation à la préservation du patrimoine que seront capables de nous mener à proposer la sauvegarde du centre historique. Ce travail ci présent, a pour l'objectifs: connaître le signifié que les usagers attribuent au centre historique, l'identification des lieux, des éléments urbains plus importants, des problèmes et des solutions et la proposition de directrices de projets pour la sauvegarde du centre historique et de la qualité de vie des usagers. Et pourtant nous avons élaboré ces phases suivantes: l'abordage théorique sur des centres historiques et la perception ambiante, les caractéristiques générales du Centre Historique de Paraty, les matériels et les procédés de la recherche de champ, les résultats et les discussions, et la proposition de directrices de projets pour la sauvegarde de ce centre historique. Avec ce travail nous avons la prétention de contribuer avec les études sur la perception ambiante dans les centres historiques, subsidier à l'élaboration des projets spécifiques que mènent à améliorer la qualité de vie et la sauvegarde du Centre Historique de Paraty.

Mots-clé: perception ambiante, patrimoine culturel, centre historique, sauvegarde.

* Docente da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, Bauru; E.mail: rosiofbs@faac.unesp.br

MODERNIDADE, TÉCNICA E SUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA

Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte*

1. Introdução.

Neste começo de século, a humanidade passa por uma profunda crise, que remonta as suas representações, os seus valores e por que não dizer de conceitos sobre si mesma. É uma crise sobre a identidade do homem e a potencialidade de sua realização na história, ou seja, é uma crise de interpretação, de introjeção e de relacionamento com o real.

Um deserto se constitui na medida em que o papel do homem na arquitetura do universo está sendo fortemente questionado. Para Cassirer (1989), tanto a metafísica clássica quanto a religião medieval conceberam o universo como uma ordem hierárquica, na qual, entre os seres da criação, o ser humano ocupa o lugar central. Com a nova cosmologia heliocêntrica, a idéia de que o ser humano é o centro do universo perde o seu fundamento. O homem é colocado num espaço infinito e *“cercado por um universo mudo, por um mundo que responde com o silêncio a seu sentimento religioso e as suas indagações morais mais profundas”* (CASSIRER, 1989:14).

No mundo moderno, a percepção do universo perdeu sua densidade simbólica, a capacidade de apreender o universo como uma realidade desabrochando em múltiplos níveis simultâneos que remetem uns aos outros. O universo é visto apenas como uma extensão incomensurável de espaço, um universo mudo e destituído de sentido (UNGER, 2001:22).

A proposta do presente artigo é trazer para o debate as conseqüências da modernidade na subjetividade humana, destacando o papel da técnica e da ciência moderna na construção do niilismo que se abate sobre a humanidade neste início de século. Como resultado, temos a crise ambiental, que está exigindo esforços incomensuráveis dos Estados Nacionais e da sociedade civil no desenvolvimento de estratégias e programas práticos que objetivem a conservação e proteção de áreas naturais, bem como a recuperação de áreas já fortemente degradadas. Em outro nível, iremos encontrar políticas públicas sendo implementadas no sentido de se atingir um desenvolvimento social e econômico mais equitativo e que permita as gerações futuras usufruírem de um ambiente mais saudável.

No entanto, apesar de toda a massa crítica que vem sendo produzida, acreditamos que este diálogo, por mais positivo que seja, ainda exige um nível de reflexão mais profundo. Exige um debate sobre as bases da metafísica e da ciência moderna. Exige um debate transdisciplinar entre as ciências e a filosofia. Talvez esteja aí a grande contribuição da geografia para a humanidade, pois formatada no seio do romantismo e do debate em torno da metafísica da natureza, a geografia pode contribuir para a construção de uma nova cosmologia.

2. Conseqüências da modernidade no desenvolvimento social.

Antony Giddens (1991) procura fazer uma distinção bem elucidativa sobre as diferenças de relacionamento entre a sociedade e a natureza na fase pré-moderna e moderna. Giddens argumenta que os seres humanos e a natureza não se encontravam, nas culturas pré-modernas: eram dissociadas. Nem mesmo nas grandes civilizações havia essa associação. Era em função dos movimentos e disposições da natureza (a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais) que os homens organizavam suas vidas. Um cenário inverso a este é o que caracteriza as sociedades modernas. Com o advento da indústria modelada pela aliança entre a ciência e a tecnologia, o mundo da natureza passa a ser transformado numa escala sem precedentes.

Nos setores industrializados do globo e, crescentemente, por toda parte. Os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos.” (GIDDENS, 1991: 66).

Quando focalizamos nossa atenção de maneira mais detalhada sobre estas transformações, no modo como os homens passaram a redefinir sua organização social, também podemos induzir que um novo padrão de produção e consumo na/da natureza estava em curso, assim como uma nova situação ambiental. Segundo Giddens (1991:103-113), uma das grandes diferenças entre as sociedades pré-modernas e as modernas, é que nas primeiras, o consumo da natureza, bem como os riscos advindos dele estavam circunscritos e fixados no lugar. Outra diferença, é que as sociedades pré-modernas eram regidas pelos chamados contextos de confiança.

Nela o sistema de parentesco proporcionava, na maioria dos cenários pré-modernos, um modo relativamente estável de relações sociais. Como a localidade era o foco principal nos contextos pré-modernos, a comunidade local era, por excelência, o lugar onde se constituíam os feixes de relações sociais entrelaçadas, já que sua pequena extensão territorial permitia garantir sua solidez no tempo. As concepções de mundo dessas sociedades tinham nas cosmologias religiosas o acervo de onde buscavam elementos para as interpretações morais e para as práticas da vida pessoal e social, bem como do próprio mundo natural no qual estavam inseridas, evidenciando, com isso, a fundamental importância da tradição na estruturação de sua temporalidade. O passado era o principal meio de organizar o presente, e o futuro e já estavam vinculados às práticas sociais rotinizadas. Nessa prática social, o consumo da natureza acarretava determinados riscos à comunidade local, sendo que grande parte deles estava atrelado às vicissitudes do mundo físico, ou seja, as ameaças do perigo emanavam da natureza, como por exemplo, as inconstâncias climáticas, as inundações, as tormentas, etc (GIDDENS, 1991:108).

Nas sociedades modernas, as relações de parentesco apesar de permanecerem importantes, já não são mais os veículos privilegiados dos laços sociais; a comunidade local não possui mais o mesmo primado de outrora, “*local e global tornam-se inextricavelmente entrelaçados*” (GIDDENS, 1991:110). Além disso, o processo de secularização encadeia um

impacto decrescente da religião e da tradição; uma vez que a cosmologia religiosa começa a ser suplantada, o conhecimento reflexivamente organizado começa a prevalecer nas tentativas de explicação do mundo. Analogamente, os ambientes de risco das sociedades modernas também são consideravelmente divergentes em relação aos das sociedades pré-modernas. Conforme as análises de Giddens, embora ciclones, terremotos, inundações ainda ocorram, o que é característico das sociedades modernas são as ameaças ecológicas não mais oriundas das contingências do ambiente natural, mas como resultantes do conhecimento reflexivo socialmente organizado, isto é, das ameaças decorrentes do impacto da industrialização sobre o meio ambiente (GIDDENS, 1991:113).

3. A Modernidade e o seu Dinamismo.

Giddens (1991) nos coloca que, para compreendermos adequadamente a natureza da modernidade, precisamos antes dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas, explicando suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais, ou seja, devemos analisar quais são as fontes da dinâmica da modernidade.

De acordo com suas análises (GIDDENS, 1991; 1993) o dinamismo da modernidade deriva da possibilidade de separação do tempo e do espaço, do desencaixe dos sistemas sociais, e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas de conhecimento afetando as ações dos indivíduos e dos grupos sociais.

Um contraste com a tradição é inerente à idéia de modernidade. Nas culturas tradicionais a tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A reflexividade (a apropriação reflexiva do conhecimento) pode ser destacada da tradição designada com o advento da escrita (GIDDENS, 1991).

“Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (GIDDENS, 1991, 45). Mesmo assim, a tradição ainda desempenha um papel no mundo contemporâneo, mas apenas enquanto tradição justificada e, portanto, falsificada, legitimada apenas pela reflexividade do moderno.

Segundo Giddens (1991), a segunda fonte do dinamismo da modernidade diz respeito aos desencaixes do sistema social. Ao falar de desencaixes o autor se refere ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço. Os dois sistemas de desencaixe envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas são as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

As fichas simbólicas são os meios de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com elas em qualquer

conjuntura particular. A principal é o dinheiro. Em sua forma desenvolvida, o dinheiro é definido em termos de crédito e débito, proporcionando meios de conectá-los em circunstâncias em que a troca imediata de produtos é impossível. Em outras palavras, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço, já que possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço. Devido a este traço, uma das formas mais características de desencaixe na era moderna é a expansão dos mercados capitalistas (GIDDENS, 1991:32-34).

Os sistemas peritos são de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. Eles são mecanismos de desencaixe porque removem as relações sociais das imediações do contexto, pressupondo e, ao mesmo tempo, promovendo a separação entre espaço e tempo como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam (GIDDENS, 1991:35-36).

A separação tempo-espaço é outro ponto crucial para entendermos o extremo dinamismo da modernidade porque, esta separação e sua formação em dimensões padronizadas, “vazias”, levam à formação de instituições “desencaixadas” que dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço, abrindo múltiplas possibilidades de mudança ao liberarem as restrições dos hábitos e práticas locais. Além disso, ela proporciona os mecanismos de engrenagem para a organização racionalizada, um traço destrutivo da vida social, possibilitando às organizações modernas a capacidade de conectar o local e o global de maneiras impensáveis em sociedades mais tradicionais. “*Tempo e espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência*” (GIDDENS, 1991:29).

4. As Transformações da Subjetividade.

Uma outra consequência da modernidade é alterar de maneira radical a natureza da vida social cotidiana afetando os aspectos mais pessoais de nossa experiência. “*Assim, as transformações da identidade do eu e a mundialização são os pólos da dialética do local e do universal nas condições de alta modernidade*” (GIDDENS, 1993). Em outras palavras, as mudanças nos aspectos mais íntimos da vida pessoal estão diretamente ligados ao estabelecimento de vínculos sociais de alcance mais amplo.

De acordo com Beck (1992:87-90) somos atualmente testemunhas oculares de um processo transformador impingido pela modernidade, que pode ser observado através das relações pessoais cotidianas, durante o qual as pessoas estão se tornando livres das formas sociais características da sociedade industrial – classe, estratificação, família, status de gênero, etc.

A dissolução de parâmetros tradicionais da sociedade industrial produz uma onda social de individualização, segundo o autor, isso significa que as pessoas estão sendo removidas dos compromissos de classe e por isso estão começando a referenciar a si mesmos ao planejarem suas biografias individuais no mercado de trabalho.

Esta diferenciação das condições individuais na sociedade do mercado de trabalho desenvolvida não deve, entretanto, ser equalizada a uma emancipação bem-sucedida; ou

seja, não se afirma aqui uma ressurreição do indivíduo auto-suficiente e criador de seu próprio mundo. Ao invés disso, ocorre uma dependência destes indivíduos com relação ao mercado de trabalho (e, conseqüentemente, da educação, do consumo, das leis sociais, de modismos, etc), na medida em que há uma tendência à institucionalização e padronização dos modos de vida.

Uma das conseqüências destas transformações é que a ciência e a tecnologia acabaram impondo um tipo de relacionamento entre o homem e a natureza, com o desenvolvimento científico sendo marcado pela forte dicotomia entre as ciências naturais e as humanas, acirrando um distanciamento entre a sociedade e a natureza.

Mas segundo Jameson, nas últimas décadas o capitalismo estaria se transfigurando ao incorporar a dimensão da cultura ao processo de produção, tornando-se esta, o seu próprio motor de acumulação, a qual o autor chamou de virada cultural. Uma das conseqüências deste processo seria a incorporação da cultura pelo capital, como conseqüências devastadoras sobre a política, as lutas de resistências, os anseios de emancipação e a própria ciência.

Segundo Jameson, este processo iniciou-se com a centralização da dimensão estética e, em particular de uma renovada atenção ao visual e à percepção (LASH, 1996).

A estetização da teoria social teve expressão não só no reconhecimento dos aspectos estéticos, literários e narrativos dos processos de teorização, mas também da necessidade de novos mapas cognitivos adequados ao mundo emergente das dinâmicas de globalização e da transição pós-moderna e da sociedade da cultura ou sociedade semiótica que, segundo alguns autores, teria sucedido (ou estaria em vias de suceder) à sociedade material. (NUNES, 2002:310).

Nesse sentido, a virada cultural, em sua segunda fase, aponta para uma subjetividade que rejeita a distinção entre a aparência e a realidade característica da ciência moderna, recusando, ao mesmo tempo, as hierarquias fundadas nessa distinção e tratando com seriedade as formas, consideradas como expressão por excelência do exercício da liberdade (SANTOS, 1994).

Seguindo por este caminho, percebemos que este processo de socialização – ao qual chamamos “individualização” – é historicamente contraditório, já que comporta como resultados tanto uma nova coletividade quanto uma padronização dos modos de vida “individuais”. No entanto, é precisamente a erupção e o crescimento da consciência destas contradições que podem levar à novas comunidades sócio-culturais, com a formação de movimentos sociais.

5. Pressupostos metafísicos da crise ambiental: o moderno conceito de natureza.

O Homem é o único ser natural do universo, face aos demais seres naturais conhecidos, em que se faz ouvir a voz da lei moral (KANT, 1982). Esta idéia central da ética universalista de Kant, de que a lei moral não é outorgada ao homem por uma instância externa, mas que ela

constitui a sua essência mais íntima, na medida em que a vontade racional é a sua autora, revoluciona todos os particularismos nacionais, culturais, religiosos e de classe, e funda a igualdade de direitos entre os homens. A autonomia da razão encarna o único produto da subjetividade moderna que pode ser invocado como fundamento de legitimidade das prodigiosas e ameaçadoras transformações da relação do homem com a natureza, que distinguem os tempos modernos das épocas anteriores, e que conduzem à crise ecológica, mas, talvez, também, a única base de articulação de um esforço coletivo da humanidade para superar esta crise, na medida em que o vínculo entre a realização histórica da autonomia de todos e a reconciliação com a natureza se tornar motivação política atuante.

A raiz da crise ambiental está localizada na relação peculiar do Homem com a natureza, que envolve precisamente, a negação da sua unidade imediata com ela, como aquilo que o distingue do animal. Por isso, o conceito de natureza, especificamente a determinação da relação do Homem com a natureza e do modo dessa relação, está no centro da problemática ambiental. Os pressupostos de tal problemática estão ligados à metafísica moderna como saber fundacional da ciência e da técnica modernas. É uma ilusão achar que apenas medidas de política econômica ou mesmo transformações no padrão energético sejam capazes de superar a crise ambiental, uma vez que a carreira triunfal do pensamento técnico-científico e das transformações por ele provocadas assentam sobre os trilhos de decisões categoriais e da criação de valores, que estão ligadas ao programa da metafísica moderna e à relação homem-natureza que ela inaugura e que confrontam a nossa auto-compreensão e o nosso destino para além da esfera econômica e política.

Se, é a racionalidade técnica e a sua preeminência, enquanto definidora da relação especificamente moderna do homem à natureza, o que está na raiz da crise ecológica, importa, então, analisar a origem desse conceito de natureza resultante do paradigma científico-tecnológico moderno, no qual se sedimenta a auto-compreensão que o homem tem de sua relação com a natureza.

No modo de produção capitalista, a relação do homem com a natureza é sempre um vetor que apresenta um movimento progressivo e cada vez mais acelerado, na qual a subjetividade humana se desvencilha e se põe fora da natureza. Este movimento culmina, então, com a absolutização da subjetividade em Descartes e se explicita, na etapa final, como uma gênese, não causal, mas conceitual, do conceito de natureza instaurada pela ciência e da técnica modernas, que seria o fundamento da atual crise ambiental.

Talvez esteja aí a confusão de Heidegger (1967, 1969, 1970, 1971, 1978, 1989) entre gênese e validade, pois o fato de o projeto da ciência moderna e a sua essência técnica só poderem ser gerados a partir dos pressupostos da metafísica moderna, não significa que o conceito de natureza dessa metafísica não tenha apreendido adequada e completamente a essência da natureza. Outro perigo é o de evitar no todo a metafísica e a sua história, pelo fato de que a moderna ciência da natureza e a sua essência técnica terem surgido no interior de uma figura metafísica, que é a subjetividade moderna, responsável pela transformação da natureza em pura objetividade.

Como não dispomos, hoje, de uma filosofia da natureza que pudesse fazer justiça ao alcance e aos limites da moderna ciência da natureza, só podemos, por enquanto, apontar aos dois pressupostos fundamentais da ciência e da técnica modernas, aos quais uma nova concepção de natureza deveria renunciar:

- 1) a tese fundamental da moderna teoria do conhecimento de que a natureza é, em última instância, uma construção humana;
- 2) e a oposição rígida sujeito e objeto, que remonta à dualidade cartesiana da *res cogitans* e da *res extensa*.

6. A moderna subjetividade e a natureza.

A primeira conseqüência da modernidade na subjetividade humana e conseqüentemente na concepção de natureza é a entronização do mecanicismo como modelo exclusivo de racionalidade e à subordinação irrestrita, em todos os domínios, da qualidade à quantidade. Heidegger não acredita em uma filosofia da natureza, talvez porque se concentrou excessivamente no exame de Descartes e Kant, onde há uma conexão entre a metafísica e a desvalorização da natureza; além do que, Heidegger não estava interessado em uma *aufhebung* da verdade científica à realidade, mas muito mais em negar esta verdade, por causa de seus pressupostos metafísicos.

A dessubjetivação e a desteleologização do objeto da ciência natural moderna está ligada segundo Heidegger à técnica moderna, que, historicamente, se desenvolve de maneira conseqüente só na segunda metade do século XVIII com a invenção da máquina a vapor, é o motivo secreto da preparação e da transformação cartesiana da natureza enquanto base filosófica da física moderna.

A trajetória dessa subjetividade dominadora, que responde à essência técnica da ciência moderna e ao seu construtivismo, pode inverter-se em uma humilhação e, às vezes, numa degradação do homem, que não é apenas a expressão de seu destronamento cosmológico e ontológico face à imensidão do universo, ou face à entropia do seu habitat natural. Segundo Adorno & Horkheimer (1985) o homem, como ser vivo, é também natureza, de modo que a dominação técnica sobre a natureza externa exige, igualmente, a subjugação sacrificial da sua própria natureza interna e a subjugação violenta do outro homem. Isso porque, à força de se adaptar a essa natureza recriada como um mundo técnico de artefatos, a fim de assegurar a sua auto-conservação num tempo de reprodução social cada vez mais competitivo, o homem reconhece que a sua subjetividade, retraída a esse ponto focal da dominação cega da natureza e de auto-superação vazia, é tão pouco viva quanto esse mundo incomensurável de objetos que ela mimetizou para dominá-lo.

Há uma dialética de dominação e subjugação que opera na técnica moderna; por um lado ela mostra a superioridade do espírito sobre a natureza, pois o trabalho necessário para a construção do instrumento exige a protelação, o adiamento da satisfação imediata, bem

como a separação do objeto do seu meio natural, para lhe atribuir outros fins; mas a técnica libera o homem da natureza, acelerando e intensificando a satisfação das necessidades, ela gera outras, multiplicando os meios de satisfazê-las e, com isso, cria meta-necessidades, isto é, necessidades a serem satisfeitas exclusivamente por uma mediação técnica cada vez mais complexa.

Quando esta dinâmica indefinida da técnica, que corresponde ao infinitismo da ciência moderna é seqüestrada pela expansão incondicional das forças produtivas, desencadeada pela auto-valorização indefinida do capital, fecha-se historicamente o ciclo da transposição, objetivação e amplificação dos órgãos sensoriais e das capacidades humanas em aparelhos: primeiro os processos motores, depois os sensoriais e, por fim, os de pensamento.

7. Da necessidade de uma nova experiência humana no e com o mundo.

Hölderlin, poeta e leitor atento de Kant, em sua obra Édipo disse que “no limite extremo de uma paixão, nada mais resta senão as condições de espaço e tempo”. Ou seja, no mundo moderno, Espaço e tempo participam do trágico, do belo e do sublime, pois há uma finitude do Homem!

No limite, o sublime do mundo moderno é o nosso trágico, materializado na crise ambiental. A história da relação do homem com a natureza, mostrou que o vetor do seu desenvolvimento era o desprendimento cada vez mais acentuado do sujeito face à natureza envolvente: quanto mais profunda a subjetividade, tanto mais forte a sua oposição à natureza circundante.

É precisamente na crise ambiental, então, que esta tendência interna ao desenvolvimento da natureza se exprime, paradoxalmente, da forma mais aguda e potencialmente auto-destrutiva, pois, enquanto a finitude dos animais garante que eles não destruam a retroalimentação negativa que determina os ecossistemas em que vivem, o crescimento exponencial do poder técnico do homem provoca a destruição desses mecanismos de equilíbrio, a menos que eles sejam preservados por uma sabedoria reflexiva, que se compreenda também como guardiã da natureza.

Um dos veículos de superação desta dualidade da *res extensa* e da *res cogita*, é a transdisciplinaridade, que precisa recuperar uma dimensão holística do mundo e do ser. É necessário reinventar uma nova cosmologia, cujo universo, a exemplo de Leibniz, não tenha um centro, mas seja uma rede cuja dinâmica espaço-temporal esteja garantida por um desenvolvimento teleológico e ontológico.

É preciso redimensionar a ética universalista de Kant, o mais grandioso produto da modernidade, que poderá permitir explicitar algumas conseqüências éticas da crise ambiental. Para isto, é necessário acabar com o dualismo ontológico entre ser e dever ser, fatos e normas e repensar a participação da natureza nas estruturas ideais da sociedade, permitindo com isto uma revalorização da metafísica da natureza como desenvolvida por Schelling (1973).

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ASSMANN, H. **Crítica à Lógica da Exclusão. Ensaios sobre Economia e Teologia**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BECK, U. **Risk Society – Towards a New Modernity**. Sage Publications.London, 1992.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: editora da UNESP., 1991.
- . **A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: editora da UNESP, 1993.
- HEIDEGGER, M.- **Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- . **Que é metafísica**. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- . **Sobre a essência da Verdade/ A tese de Kant sobre o ser**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- . **Sobre a essência do fundamento/ A determinação do ser do ente segundo Leibniz/Hegel e os gregos**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- . **Introdução á metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- . **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 3ª. Edição, 1989.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- . **Crítica da Faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.
- Coleção Os Pensadores. **SCHELLING**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- LASH, S. Introduction to the Ethics and Difference Debate. **Theory, Culture and Society**, 12(2).
- NUNES, J. A. Teoria Crítica, Cultura e Ciência: Os espaços e os conhecimentos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de S. **Globalização e ciências sociais**. São Paulo:Cortez, 2002.

UNGER, N.M. **Da foz à nascente: o recado do rio.** São Paulo: Cortez/Editora da UNICAMP, 2002.

Resumo

O presente artigo procura discutir as relações entre a técnica e a subjetividade na modernidade, a partir de uma reflexão sobre as bases metafísicas da atual crise ambiental. Neste contexto, destaca-se o papel da ciência moderna e da técnica na construção da nova subjetividade.

Palavras-Chave: Modernidade, Subjetividade, Metafísica, Estética, Crise Ambiental, Conservação da Natureza.

MODERNITÉ, TECHNIQUE ET SUBJECTIVITÉ DANS LES RAPPORTS HUMAIN-NATURE

Resumé

Le present article cherche discuter les rapports entre la technique et la subjectivité dans la modernité, en refletant sur les bases metaphysiques d'actuel crise ambiental. Dans ce contexte, on valorize le rôle de la science moderne et de la technique dans la construction de la nouvelle subjectivité.

Mots-clef: modernité, subjectivité, metaphysique, esthétique, conservation de la nature.

-
- Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UNICAMP. CP. 6152, CEP 13087-970 - Campinas (SP) – Brasil / e-mail: vitte@uol.com.br - acvitte@ige.unicamp.br

O PROJETO CAMANDUCAIA. CENÁRIOS DE OCUPAÇÃO NAS TERRAS ÚMIDAS DO BAIXO CAMANDUCAIA

Prof. Dr. Angelo Martins*

Introdução

A Geografia se constitui em um intrincado universo de reflexão teórica e pesquisa empírica. Multifacetada, tanto quanto as ciências da natureza e da vida, ela representa um poderoso instrumento para aqueles que se ocupam em des-velar os fundamentos da experiência cotidiana. Ir mais além do mundo sensível e experienciado, o alento da prática geográfica, significa também demarcar um campo definido de trabalho, dentro de cujos limites a prática do geógrafo seja exercida de forma eficiente.

Desde há muito, a Mantiqueira pede uma atenção maior por parte da Geografia Humana. É na escala regional, e sobre ela, que a prática humana é exercida, e o que resulta daí é a criação de paisagens antropizadas que reclamam descrição, análise e síntese geográficas. Não basta fazer, como no passado, tabula rasa da paisagem antropizada, dá-la como simples cenário inerte em cuja frente se desenrola o drama [ou farsa] da história das formações sociais.

Dentro de nossa perspectiva, a paisagem é a tapeçaria resultante de práticas sócio-culturais pretéritas, a sua concreção. Da mesma forma, ela continua a ser tecida e entretecida por novas gerações que se sucedem ao correr do rio do tempo. O estudo das paisagens da Mantiqueira certamente contribuirá, e muito, para a compreensão da evolução do país.

A- O Cenário

O rio Camanducaia tem uma extensão de pouco mais de cem quilômetros, desde suas nascentes na serra da Mantiqueira até o ponto em que desagua no rio Jaguari, no município de Jaguariúna [SP]. Ele percorre quase que todo o seu curso dentro do estado de São Paulo, e drena uma região de relevo montanhoso que constitui a borda ocidental do cinturão orogênico da Mantiqueira. Sua área de drenagem é de cerca de dois mil quilômetros quadrados, contida nas terras altas da Mantiqueira paulista .

O Circuito das Águas, conjunto de serras e vales que se constitui em uma das regiões turísticas mais belas, valorizadas e freqüentadas do estado, é delimitado pelo Camanducaia e pelo Jaguari ao sul, e pelo rio do Peixe ao norte. Por esse motivo, as duas bacias hidrográficas passam já há várias décadas por um processo de intensa ocupação, assistindo à transição da cultura do café para uma economia mais complexa que se alicerça no turismo e nos serviços.

Depois de drenar parte considerável dessa região, e de atravessar a zona urbana de Amparo, um importante centro de serviços e indústria que é também sede diocesana católica, o Camanducaia cruza as derradeiras serras do complexo Mantiqueira, as serras do Fundão e dos Freixos, e se precipita em direção às terras baixas onde encontrará seu fim. Esse é o único ponto de seu curso em que ele percorre, mesmo que por poucos

quilômetros, a Depressão Periférica, trocando o terreno cristalino pelo sedimentar. Quase todo esse trecho está contido nos municípios de Jaguariúna e, em menor grau, de Holambra e Santo Antonio de Posse.

Jaguariúna, que pode ser considerada o portal de entrada do Circuito das Águas, é uma cidade que tem suas origens nas radicais transformações provocadas pela introdução do café na região de Campinas, hoje uma das mais desenvolvidas e povoadas do país. Foi fundada no final do século dezanove por um dos maiores fazendeiros da região, o Cel. Amâncio Bueno, que adquiriu projeto urbanístico do engenheiro alemão Wilhelm Giesbrecht.

A cidade foi instalada em terras do Cel. Bueno, nas proximidades da estação Jaguary da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, inaugurada em 1875 como parte do primeiro trecho da então recém formada empresa ferroviária. O acontecimento se revestiu de tamanha importância que foi presidido pelo próprio imperador Pedro II. À época, a instalação das ferrovias significava a incorporação definitiva de São Paulo ao mercado mundial, que estava sendo impulsionado por uma revolução industrial atuante em plena força na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O principal objetivo para a criação da Mogiana, foi o de estabelecer um sistema de transporte rápido e confiável, cuja capilaridade permitisse a drenagem da vasta produção de café da região de contato entre o leste da Depressão Periférica paulista, e o oeste da Serra da Mantiqueira. Igualmente, era vital para a época que grandes contingentes de imigrantes chegassem da Europa e fossem imediatamente conduzidos para as fazendas de produção.

Giesbrecht projetou, então, a Vila Bueno, um aglomerado inicialmente constituído pela igreja dedicada a Santa Maria, e onze casas destinadas aos colonos contratados pelo Cel. Bueno, que em sua maioria eram italianos e portugueses. Deixou igualmente projetado o primeiro plano diretor da futura cidade, um traçado simples, geométrico e elegante que viria a ser tragado pelo processo de crescimento desordenado que se instalou a partir da década de 1980.

As duas ruas principais se cruzavam perpendicularmente no sítio da igreja, formando uma grande cruz. O braço leste-oeste ligava a estrada Campinas-Mogi Mirim à estrada que sobe a serra em direção a Pedreira, e seu traçado levava [ainda hoje o faz] da Vila Bueno [hoje, Jaguariúna] à sede da Fazenda Florianópolis [hoje, Fazenda Serrinha], o lar do Cel. Amâncio Bueno. O braço norte-sul levava da igreja de Santa Maria a um pequeno cais situado às margens do rio Jaguari, e também à estação dos trens da Cia Mogiana, ramal Jaguary-Serra Negra.

O primeiro impacto da Vila, portanto, foi exercido sobre o rio Jaguari. Somente alguns anos mais tarde formou-se um novo núcleo de povoamento, próximo à Fazenda da Barra, a Vila Guedes. Esta resultou do loteamento, por um empresário português, de terras antigamente possuídas pela fazenda, e que foram pouco a pouco sendo adquiridas por colonos italianos, vindos em sua maioria do Vêneto. Tomou o nome do então proprietário da Fazenda da Barra, o barão Guedes. A Vila Guedes surgiu exatamente na confluência do ribeirão Camanducaia Mirim com o rio Camanducaia [daí a origem do nome da fazenda], envolvendo a estação Guedes da Cia. Mogiana, no ramal Campinas-Mogi Mirim.

As primeiras décadas do século vinte assistiram, portanto, ao florescimento de duas vilas povoadas por imigrantes vindos em busca da prosperidade trazida pelo ouro verde, o café. Ambas pertenceram até 1953 ao município de Mogi Mirim, cujos limites com o município de Campinas eram desenhados pelo rio Atibaia. Por estar em um sítio muito mais movimentado, à beira da estrada que ligava Campinas a Amparo, Lindóia e Serra Negra, a Vila Bueno prosperou mais rapidamente que a Vila Guedes, e acabou por se tornar a sede do município quando ele foi desmembrado de Mogi Mirim.

Assim como Jaguariúna e Holambra, também as vilas de Santo Antonio de Posse e Pedreira foram desmembradas, a seu tempo, do município de Mogi Mirim. Os dois municípios também fazem parte da bacia do Camanducaia, e serão devidamente incorporados ao estudo em curso sobre a microrregião do baixo Camanducaia.

É importante considerar que o ordenamento territorial do período é muito mais dependente das necessidades apresentadas pelo gerenciamento das fazendas, do que das vilas ou cidades. A fazenda produtora de café era a grande unidade promotora de progresso no leste de São Paulo, uma complexa região de solo fértil que reúne desde as modestas ondulações da Depressão Periférica até o movimentado e abrupto terreno da Mantiqueira.

Grandes casarões da época de transição entre o Império e a República pontilham ainda hoje os verdes campos locais, representando um verdadeiro tesouro histórico e arqueológico desconhecido por grande parte da população, e até certo ponto ignorado pela comunidade científica. Felizmente, são construções que, de forma geral, estão excepcionalmente bem conservadas pelos seus proprietários, o que evidencia um importante nível de conhecimento e informação.

O curso inferior do Camanducaia está inscrito na zona de contato entre as serras que formam o complexo Mantiqueira e as terras baixas da Depressão Periférica. Geologicamente, é onde se dá a transição entre os terrenos sedimentares da Província Paraná e as formações cristalinas da Província Mantiqueira. É uma paisagem muito compartimentada, composta por densa rede de pequenos cursos d'água que buscam o canal do rio Camanducaia e por uma sucessão de morros que os aprisionam entre suas vertentes pronunciadas.

Não se está, aqui, naquele amplo vale do médio Camanducaia que separa as serras dos Freixos e do Pantaleão, ao norte, das serras do Fundão e de Entre Montes, ao sul, e onde está implantada a cidade de Amparo. O vale do baixo Camanducaia tem algumas características muito distintas, que se revelam na alta densidade de cursos de primeira ordem, no relevo mais movimentado e fechado, e no intenso e sempre mutante meandramento feito pelo rio ao longo do tempo.

O próprio processo de assentamento humano exerceu uma influência particular sobre a paisagem local. Provavelmente repetindo práticas ancestrais de seus países de origem, muito mais secos, os colonos italianos e portugueses que se estabeleceram nesse extremo sul do então município de Mogi Mirim protegeram de forma muito efetiva as nascentes das encostas, e também os capões de árvores que lhes serviam de cobertura. O resultado é, hoje, a existência de uma intrincada tapeçaria de pastagens entremeadas por cordões de mata e manchas de brejos, denunciando a presença dos córregos que demandam o Camanducaia.

Essa riqueza paisagística é muito mais evidente na margem norte do rio, ainda completamente rural. Ao sul está a mancha urbana de Jaguariúna, que se aproxima cada vez mais do Camanducaia. Ali, na margem sul do rio, o que houve foi uma exploração intensiva das margens, com a extração predatória de areia para a construção civil, e de barro para as olarias que se estabeleceram a partir da década de 1930. Sem qualquer cuidado ambiental ou simples noção conservacionista, a margem sul sofreu um intenso processo de degradação, principalmente nas proximidades da zona urbana.

Depois de passar pela auto-estrada SP 340, o antigo Caminho de Goiás dos bandeirantes dos séculos dezessete e dezoito, o Camanducaia volta por mais alguns quilômetros a cruzar uma região de sítios e fazendas, separando os municípios de Jaguariúna e Holambra antes de se juntar com o rio Jaguari. Essa seção do vale foi profundamente escavada pelas águas da bacia, e tem não somente um grande valor cênico e paisagístico como também geoecológico, na medida em que vários capões de mata e brejos foram preservados também ali. A ocupação atual da terra denuncia uma tendência crescente para a residência e o turismo de permanência, sendo muitos sítios destinados para o lazer de famílias de Campinas.

Com isso, o impacto da agricultura sobre a microgeografia local tende a decrescer cada vez mais. As terras são fracas, a não ser para citricultura e pecuária, mas o seu alto preço impede que tais atividades se mantenham rentáveis. A floricultura é a única atividade lucrativa que consegue progredir ali; no entanto, ela pouco usa a terra como suporte para as plantas, que são cultivadas em substrato artificial. Dessa forma, as atividades agrícolas sobreviventes são aquelas que concentram espacialmente, e de forma acentuada, os recursos fundamentais: capital e mão-de-obra qualificada. Pode-se dizer, portanto, que o impacto ambiental das atividades agrícolas [representadas principalmente pela floricultura, e secundariamente pela avicultura] tende, de forma crescente, a ser superado em importância por um setor terciário orientado para o turismo.

A questão central, aqui, diz respeito à maneira pela qual foi formada essa paisagem particular. Quais as forças sociais que a plasmaram e a levaram a apresentar essa fisionomia particular, que hoje é compreendida como a feição natural para essa porção do leste paulista ?

A bibliografia existente, embora extensa, contempla basicamente as escalas nacionais e macrorregionais. Ab'Saber [1986], Bigarella & Lima [1982], Birks & Birks [1980], por exemplo, elaboraram grandes quadros compreendendo o passado geológico-geomorfológico do espaço brasileiro. A bacia do rio Camanducaia, tanto quanto pudemos descobrir, não foi coberta nas escalas de detalhe e semidetalhe como as usadas na pesquisa ora proposta.

Antes de mais nada, deve-se considerar que a paisagem da bacia do Camanducaia, profundamente antropizada, é fruto de uma relação milenar entre as várias culturas humanas [que, em momentos diversos da história, por ela passaram ou que nela se estabeleceram de modo mais duradouro], e a geoecologia e a geomorfologia locais. Alguns testemunhos dessa presença humana são evidentes, posto que recentes e expressão da atual formação sócio-cultural. Outros, no entanto, são muito menos visíveis, já que são restos de assentamentos pretéritos, de comunidades de há muito desaparecidas.

Algo já foi descoberto de forma espontânea, aqui e ali, por lavradores que revolviam o solo para plantar suas culturas anuais: pontas de flecha, pilões de pedra polida, cabeças de machado. A cerâmica registrada é muito mais rara, na medida em que se confunde com o solo ácido facilmente. Além disso, a região é muito chuvosa, o que faz com que ela se dissolva e se perca de forma irreversível.

O que há de mais concreto até o presente momento, em termos dos primeiros tempos de ocupação humana na esfera macro-regional, são os relatórios de Moraes a respeito dos sítios do complexo Mogi Mirim - Mogi Guaçu. Neles, constatou-se a presença de grupos horticultores-agricultores desde pelo menos mil anos antes do presente. Foram descobertas e registradas urnas funerárias, ferramentas líticas e marcas de habitação, por pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Pode-se imaginar que os artefatos descobertos em Holambra sejam testemunhos da presença da mesma tradição cultural, que provavelmente se espalhava por essa região de contato entre a Mantiqueira e a Depressão Periférica muito antes que fosse sucedida pelos grupos indígenas ali encontrados pelos bandeirantes a partir dos séculos dezessete e dezoito.

Pouco se sabe a respeito de como e por que o registro arqueológico é interrompido por volta do ano 1000, mas é importante notar que o mesmo acontece em várias outras partes da América. De fato, é constantemente citado por pesquisadores o fato de que, em lugares absolutamente díspares, o registro sofre uma interrupção abrupta por volta dos séculos XI e XII. Isso pode ser notado não somente em sítios peruanos como também norte-americanos, e as hipóteses aventadas para explicar tais acontecimentos vão de uma mudança climática de grande intensidade, até a possibilidade de que uma avassaladora onda de epidemias tenha corrido as Américas de norte a sul.

De qualquer forma, persiste o fato de que houve uma real e súbita interrupção de algumas linhas de tradição cultural, e sua substituição por outras. Os grupos indígenas encontrados pelos colonos portugueses nas regiões Mogiana e da Mantiqueira não mais desenvolviam uma tecnologia baseada em ferramentas líticas como o faziam seus antecessores.

O registro historiográfico dá conta de que as cercanias da vila de Mogi Mirim eram constantemente atacadas por esses grupos indígenas ainda no final do século dezoito, motivo pelo qual a população freqüentemente pedia proteção às autoridades. Com o avanço das frentes de expansão da sociedade cristã neobrasileira rumo ao norte da província e a Goiás, essas populações indígenas foram recuando em direção ao oeste, para o Planalto Ocidental paulista.

Os indivíduos [ou pequenos grupos de famílias] que optaram por ficar devem ter sido cristianizados, e foram provavelmente absorvidos pela cultura hegemônica ao longo do tempo. O resultado é que o século XIX encontra uma região de população homogênea que se dedica à cultura da cana-de-açúcar e à criação de gado bovino e muar, heranças da necessidade de fornecimento de insumos para os povoados mineradores de Goiás e de Minas Gerais.

A cultura da cana-de-açúcar parece ter sido abordada de forma ainda insuficiente pelos pesquisadores, sobretudo historiadores, que se dedicaram à região. De fato, muitas

dúvidas permanecem a respeito da real importância do açúcar para o acúmulo de recursos de capital entre os fazendeiros da região campineira. Além disso, está insuficientemente estabelecido o problema da real constituição dessa elite de fazendeiros.

Tais questões poderiam ser exemplificadas por alguns poucos tópicos: a) De que forma se processou a instalação da tecnologia do plantio da cana de açúcar e do café? Ela evoluiu de forma autônoma, influenciada pelas condições locais, ou resultou da introdução de inovações importadas de outros centros produtores? b) Como terá essa tecnologia influenciado a cognição dos variados tipos de solo e topografia que constituem uma tapeçaria diversificada na esfera regional? E mais, qual a importância da topografia e dos solos para as características locais do processo de assentamento dos grupos humanos que se sucederam aqui ao longo do tempo? c) Por fim, deve-se indagar a respeito do processo de ocupação e exploração dos solos marginais [pedregosos ou encharcados ou sazonalmente inundáveis], e sobretudo de sua importância para a evolução da comunidade regional. É de grande relevância um conhecimento maior das terras úmidas, pois são elas o principal elemento condicionador da paisagem local, riquíssima em mananciais.

Com o fim de delimitar de modo eficiente um período histórico que permita a manipulação da informação geográfica regional, estabeleceremos como limites iniciais para a pesquisa as décadas de 1890 [Jaguariúna] e de 1940 [Holambra], tendo como meta final o período atual.

A justificativa para a escolha dessas datas é simples: ambas as cidades são um caso à parte na paisagem regional, pois são os dois únicos núcleos urbanos planejados antes mesmo que as primeiras habitações fossem construídas. Ambas foram encomendadas como um produto de engenharia, com o objetivo específico de estabelecer grupos de imigrantes europeus, italianos e portugueses em Jaguariúna, e holandeses em Holambra.

Essas questões, de grande interesse não somente para geógrafos e sociólogos, mas também para historiadores e demais cientistas sociais, precisam de pesquisa de campo intensiva para que possam vir a ser respondidas de forma inovadora e fecunda, e é possível que o trabalho ora proposto venha a representar uma contribuição relevante para o conhecimento da macro-região da Mantiqueira paulista, da micro-região da bacia do Camanducaia, e também para o eficaz gerenciamento dos recursos naturais e culturais nas esferas local e regional.

B- A Paisagem Humanizada

A ocupação sistemática da Mantiqueira paulista foi um processo tardio, datando de meados do século dezenove. Ao contrário da região de Campinas, implantada na Depressão Periférica e possuidora de solos de topografia muito favorável para o cultivo da cana-de-açúcar, a Mantiqueira foi ocupada de forma muito mais errática. O povoamento da região serrana foi em grande parte dependente da descoberta de ouro de lavagem em seus frios e encachoeirados cursos d'água. O melhor exemplo desse processo é a bacia do rio Camanducaia, que se estende desde Toledo, em Minas Gerais, até Jaguariúna, em São Paulo.

As fazendas que se estabeleceram nessa bacia, notadamente no médio e alto curso do rio, foram em sua grande maioria resultado do ciclo do café, introduzido na região a partir da segunda metade do século dezenove. São fazendas novas e modernas, surgidas exclusivamente em função do café, e não unidades produtoras de açúcar modernizadas e adaptadas ao novo ciclo agrícola, como várias das velhas fazendas campineiras. A própria arquitetura local denota esse caráter inovador, na medida em que reflete de forma clara as modas arquitetônicas importadas da Europa por construtores locais, mais que por arquitetos, e que refletem a busca dos proprietários por um certo refinamento cultural [LIMA 1998; PEDROSO 1998].

É preciso ressaltar o caráter misto das propriedades rurais, pois elas eram em larga medida não somente unidades produtoras de café para exportação, mas também se dedicavam em menor grau à bovinocultura e à cultura canavieira [aguardente, rapadura, mascavo] para atender às necessidades do mercado regional. É praticamente ausente do debate regional, seja ele geográfico ou histórico, a discussão desse caráter misto das velhas fazendas, o que empobrece a compreensão da dinâmica da ocupação antrópica do leste paulista.

Apareceu, com o tempo, uma importante população livre que passou a ocupar as terras marginais, desprezadas pelas grandes fazendas. O caboclo local vive, ao longo dos séculos dezoito e dezenove, em uma terra de abundância de recursos naturais. As serras seguem a feição característica do Complexo Mantiqueira: fartura de água, bosques densos e extensas várzeas, uma rica fauna de mamíferos e aves fornecedora de muita caça, abundante suprimento de energia na forma de lenha. Tudo leva à formação de uma pequena mas bem instalada população livre, antes mesmo do surgimento das fazendas cafeicultoras tocadas por escravos, já em meados do século dezenove.

A tradição caipira paulista foi sendo formada, vagarosamente, já a partir do período colonial. E ela tem seus fundamentos não somente no caráter arraigadamente individualista e independente dessa população de brancos livres, mas também na adoção feita por eles de muitos costumes indígenas. Não se pode esquecer que não eram raros, de forma alguma, os casamentos entre brancos e índios. Através da constituição de famílias mistas, os usos e costumes de indígenas e portugueses foram sendo naturalmente mesclados; práticas de agricultura, artesanato, coleta, passaram a ser compartilhadas de forma crescente.

Algo, no entanto, precisa ser ressaltado: com a importância cada vez maior do Brasil para a metrópole portuguesa, a integração do território paulista sob a égide da Coroa se tornou imperiosa. O ciclo bandeirante, da mesma forma que havia agregado à colônia do Brasil terras que pelo Tratado de Tordesilhas eram espanholas, também havia estimulado entre a população paulista um profundo sentimento autonomista. Isso deveria ser combatido pela Metrópole, que o encarava como uma ameaça concreta ao seu poder centralizado. Sendo assim, necessário se fez um processo de incorporação das populações caipiras do interior paulista à cultura lusitana.

Muitos funcionários portugueses relataram a seus superiores em Lisboa o processo de aculturação e paganização a que estavam presos os portugueses e seus descendentes, nas vilas paulistas, durante os anos seiscentos e setecentos. E a resposta a essa situação foi o estabelecimento de um projeto sistemático visando a sua volta à cultura

portuguesa. Não somente um plano de criação de vilas e fortificações foi colocado em prática, mas também o foi um plano de restauração cultural [SANTOS 2002].

Seria oportuno lembrar que o principal veículo de transmissão cultural, naquela época, era a religião. Em plena vigência do regime de padroado, a Igreja era o mais poderoso instrumento de controle e governo de que se valiam os reis e seus ministros. Da Igreja dependiam as populações para tudo: educação, registro de nascimentos e óbitos, casamentos e funerais, batismos e extremas unções. A separação entre Igreja e Estado somente veio a ser oficializada com a República, e mesmo assim muito mais de forma simbólica que concreta.

As muitas igrejas e capelas que foram sendo, ao longo do tempo, semeadas pelo interior paulista, se tornaram centros de atração regionais ou locais. Toda a vida da população tinha nelas o seu ponto focal, e o próprio passar do tempo era regulado pelas práticas religiosas. Daí a importância que até hoje têm as festas religiosas e quermesses em quase todos os municípios e distritos paulistas, e assim também as romarias e procissões, e as festas dos santos padroeiros. Era indissociável o ser paulista do ser católico até pelo menos meados do século vinte, quando Igrejas e seitas protestantes começaram uma veloz e bem sucedida expansão não somente nas grandes cidades, como também no interior.

Esse processo geral apresenta similaridades em grande parte do centro-sul do Brasil, e foi relativamente bem descrito e analisado por historiadores e cientistas sociais, embora essa tradição de estudos da religião tenha quase que desaparecido de suas preocupações em tempos recentes. O que não foi feito ainda pelos pesquisadores, foi um estudo sistemático, a nível regional e local, das relações complexas existentes entre os processos de assentamento humano, os processos evolutivos da paisagem natural, e o papel da religião organizada como fator de mediação entre os homens e a natureza envolvente.

Assume-se nesse trabalho a noção de que a religião representou, ao longo de todo o processo de ocupação regional e construção da paisagem, papel fundamental como elemento reprodutor e transmissor da herança cultural dos grupos neobrasileiros. Isso faz com que se proponha, como um dos procedimentos principais do trabalho de campo e de laboratório, o registro detalhado das igrejas e capelas que pontilham a área, registro tanto descritivo, imagístico e cartográfico quanto analítico.

Propõe-se, aqui, o lançamento das bases para uma compreensão integrada dos processos naturais e sociais que levaram à formação sociológica e geocológica da paisagem da bacia do Camanducaia, tal qual hoje é conhecida e vivenciada. Proceder-se-á a uma retomada do enfoque sobre a realidade regional, mediante o estudo integrado dos recursos naturais e culturais dos municípios que compõem a geofácies do baixo Camanducaia.

C- Geocologia

O ambiente encontrado pelos primeiros grupos humanos que chegaram à região é ainda uma incógnita. Se deve ser aceita a visão ainda dominante entre os arqueólogos, de que o povoamento das Américas começou há aproximadamente quinze mil anos, é forçoso

admitir que as paisagens por eles encontradas no leste paulista eram bastante diferentes das atuais.

A última glaciação ainda deveria estar em plena força, embora em breve começasse a retroceder frente ao progressivo aquecimento do planeta. Para essa região da América, isso com certeza significava uma elevada aridez do clima, principalmente na Depressão Periférica e no Planalto Ocidental. Já as terras altas da Mantiqueira deveriam ser bem mais úmidas, principalmente por serem receptoras de chuvas orográficas geradas pelas frentes polares que caracterizam o clima regional até hoje [se o mecanismo de evolução das massas polares, na época, não fosse absolutamente diverso do atual].

Embora as baixas latitudes em que se encontram as terras altas paulistas não deveriam ter permitido a ocorrência de geleiras, um intenso processo de nivação deveria ser comum, principalmente em uma época dilatada de baixas temperaturas. O inverno, muito frio, teria sido complementado por um outono e uma primavera muito mais frescos que os atuais, com massas polares depositando extensos lençóis de neve sobre as serras e os vales nos quais nascem e se desenvolvem os rios Atibaia, Jaguari e, principalmente, Camanducaia. O degelo deveria ser tardio, alimentando as redes de drenagem das quais as espécies vivas dependiam para atravessar um verão extremamente seco.

É importante notar que até um período muito recente, o final dos anos 1920, eram freqüentes pequenas nevascas nos altos da Mantiqueira oriental, principalmente em Campos do Jordão. Existe documentação fotográfica do fenômeno, além de registro de testemunhos da população local. Além disso, há relatos pessoais de excursionistas e guardas-parque, embora não confirmados por pessoal científico, segundo os quais ainda hoje ocorrem leves e episódicas precipitações de neve nos altos do maciço do Itatiaia, muito ao norte de Campos do Jordão, embora com altitude significativamente mais elevada.

De qualquer forma, esses episódios confirmam a potencialidade macro-regional para o acúmulo de neve durante as eras glaciais, notadamente nas terras altas. Ainda durante a última glaciação, e talvez mesmo durante todas as que as precederam, a área coberta pelas florestas de araucária deveria ser muito vasta, acompanhando os cursos d'água de forma ininterrupta desde os campos gaúchos até bem dentro dos territórios atualmente pertencentes a Minas Gerais e Rio de Janeiro, podendo talvez ter chegado às terras altas do Espírito Santo.

Um dos principais afluentes da margem sul do Camanducaia recebe ainda hoje o nome de Ribeirão dos Pinhais, o que poderia significar, no que diz respeito à toponímia, que as primeiras expedições bandeirantes tenham encontrado relictos de Mata de Araucária na Mantiqueira ocidental, dezenas de quilômetros a oeste das populações atualmente sobreviventes em Campos do Jordão, e em uma região serrana de altitudes muito mais modestas do que as lá encontradas.

A conformação dos compartimentos de relevo drenados pela bacia do Camanducaia é muito particular. A sucessão de serras e vales é rápida, e os desníveis locais são pronunciados, gerando a ocorrência de um sem número de nascentes que servem de suporte a uma exuberante vegetação ripária que, muitas vezes, foi mantida intocada pelos agricultores e pecuaristas que se mudaram para a região a partir já do período bandeirante. Também as áreas de brejo foram mantidas intocadas em muitos casos, a

não ser nas regiões de crescimento das cidades e vilas, o que permite que ainda hoje o observador tenha uma boa idéia da possível fisionomia que tinham as paisagens pretéritas. Pode ser apresentado, resumidamente, um pequeno elenco das espécies vegetais que ainda hoje servem de marcadores biológicos da paisagem do baixo Camanducaia.

As terras mais secas têm a presença constante de uma espécie de palmácea muito importante como forragem humana e animal, a *Acrocomia aculeata* [Macaúba ou Macaúva]. Ela fornece grandes cachos de pequenos coquinhos, ao longo de vastos períodos do ano, e é muito apreciada. Parecem constituir-se em uma boa fonte de proteína e energia, pois são muito procurados pelos mamíferos silvestres durante a época em que se desprendem e caem ao chão em grande quantidade. Também o gado bovino os aprecia muitíssimo, e está sempre à sua procura, embora alguns criadores temam que os animais mais jovens engasguem e possam vir a sufocar.

As populações humanas também devem ter sido grandes consumidoras do produto ao longo do tempo, pois ainda hoje ele é apreciado por muitos. Os frutos da *Acrocomia* devem ter sido uma importante fonte de alimentação para as populações pré-colombianas, assim como as suas grandes folhas podem ter sido usadas em grande quantidade como elemento de cobertura de habitações.

Próximo às margens do Camanducaia, nas terras mais úmidas e férteis que são constantemente inundadas por ocasião das cheias de verão, pode ser encontrado em grande número o *Croton urucurana* [Sangra d'água]. Árvore latifoliada de pequeno porte, ele se reproduz tanto vegetativamente, por brotação das raízes superficiais, quanto por sementes, que produz em grande quantidade e que são apreciadas por várias espécies de aves. O *Croton* suporta períodos relativamente longos de solo encharcado, o que lhe permite uma real vantagem comparativa na competição com outras espécies arbóreas, e mesmo com gramíneas e arbustos. Deixadas protegidas de invasão animal e humana, as terras úmidas sujeitas a alagamentos sazonais são prontamente recobertas por grandes grupos de *Croton*, o que faz com que elas estejam uniformemente sombreadas ao longo de todo o ano.

Em terreno pouco mais elevado, mas igualmente próximo das margens do Camanducaia, outra espécie arbórea, essa de porte bem mais alto, também pode ser encontrada. Grandes grupos de indivíduos de *Schizolobium parahyba* [Biri] se estabelecem no terreno ligeiramente mais seco no qual o *Croton* já começa a se tornar ausente. É extremamente raro que as cheias alcancem os domínios do *Schizolobium*, o que impede que haja competição real entre as duas espécies. Essa última tem uma madeira muito leve e quebradiça, e seus galhos lascam e caem com grande estrépito em períodos de vendaval. Suas sementes são aladas, e alcançam razoável distância depois que se desprendem da árvore mãe. Sua madeira, embora de pequena durabilidade, era muito apreciada em tempos passados para a confecção de pequenos engradados descartáveis.

Os muitos brejos formados pelos riachos tributários do Camanducaia são o reino incontestado da *Typha domingensis* [Taboa], espécie que domina agressivamente as terras permanentemente alagadas próximas à calha do rio. Na verdade, a *Typha* é o complemento natural da mata ciliar que acompanha os riachos desde suas nascentes, nas vertentes dos morros, até bem próximo ao seu final, no Camanducaia. A *Typha* foi muito usada pelas populações humanas tradicionais com o fim de realizar trabalhos de

cestaria, principalmente esteiras e pequenos jacás. Com a generalização do plantio e uso do bambú pelas pequenas oficinas de cestaria que se estabeleceram em Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, o uso da *Typha* foi completamente abandonado e esquecido. Suas raízes são comestíveis, e é possível que tenham constituído parte da dieta dos indígenas que habitaram a região antes da chegada dos europeus. O manto de *Typha* desempenha um papel realmente fundamental na geoecologia local, na medida em que filtra a água das enxurradas de verão, fixando os sedimentos orgânicos e minerais antes que eles desapareçam na calha do rio. Além disso, os taboais são um importante ponto de atração para a fauna silvestre ainda existente na região, reunindo de ratões-do-banhado [*Myocastor coypus*] a capivaras [*Hydrochoerus hydrochoeris*] que o procuram em busca de abrigo, alimento ou, no caso das aves, local para nidificação. Também são muito freqüentados por três tipos de Ardeidae, que voltaram a habitar a região depois que muitos portos de areia, fechados pela fiscalização, se tornaram em grandes lagos propícios para a pesca: *Egretta thula* [garcinha-branca], *Casmerodius albus* [garça-grande], e *Bubulcus ibis* [garça-boiadeira].

Muitas outras espécies precisam ainda ser lembradas e identificadas, cartografadas de maneira que permita seu monitoramento e sua eficiente proteção. É interessante que se note que a região voltou a ser sazonalmente procurada por algumas espécies migratórias, como o *Forpus xanthopterygius* [tuim], enquanto que outras que eram endêmicas e muito conspícuas, como *Mazama gouazoriba* [veado-catingueiro], desapareceram quase que por completo.

Justificativa, objetivos, materiais e métodos

O Projeto Camanducaia envolve, como opção principal de pesquisa, produção e distribuição, a utilização de ferramentas computacionais e multimidiáticas. Dessa forma, não se pretende proceder à retomada e ao desenvolvimento de análises de caráter estocástico, mas sim à investigação no campo da geometria das redes de comunicação, circulação e drenagem. O trabalho, por seu caráter inovador e exploratório, envolve o estabelecimento de novos procedimentos de apreensão geográfica integrada da paisagem microrregional.

É importante que se procure identificar as relações da biota com o clima e com a edafologia locais. Talvez o principal dos resultados previstos para a pesquisa em curso seja exatamente esse, o delineamento de um quadro suficientemente amplo, que insira em um contexto geograficamente delimitado as quatro esferas concêntricas que emprestam significado à ocupação do vale do Camanducaia: 1- O clima local e regional; 2- A distribuição espacial dos solos; 3- A geoecologia geral; 4- Os padrões geométricos e topológicos do assentamento das populações humanas ao longo do tempo.

Essa proposta de trabalho envolve a escolha de material especial para o suporte à pesquisa. Para o trabalho de processamento de informação serão utilizados dois computadores Macintosh rodando o novo sistema baseado em Unix da Apple, o OS X. Isso permitirá que se utilize alguns softwares especificamente voltados para o desenho técnico de Sistemas de Informação Geográfica: Canvas-Gis [ACD Systems of America], MacGPSpro [James Associates], MacDem [J. Farm], QuickTime [Apple].

Para a disponibilização em rede do material resultante, serão utilizados os sistemas MacHomepage [Apple] e TelEduc [Unicamp], sendo que o último poderá ser integrado à Intranet do Igce-Unesp.

Os bancos de dados relevantes para a pesquisa são: 1] Os bancos de imagens aéreas e de satélite do Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento da Embrapa; 2] Os detalhados registros de imigração da Cooperativa Agropecuária Holambra; 3] As cartas municipais das prefeituras municipais de Jaguariúna e Holambra; 2] Os censos e as contagens populacionais pertinentes ao período disponibilizados pelo IBGE e pelo SEADE.

A articulação dessas quatro esferas permitirá, então, a compreensão da estrutura sistêmica do geótopo do baixo Camanducaia. Permitirá ainda situar em um contexto gerenciável pelas autoridades, pelos agentes econômicos, e pelos cidadãos, a esfera dos recursos culturais e naturais da área. De fato, é importante considerar que não se pode mais, em região submetida a um processo tão intenso de antropização, simplesmente deixar que os acontecimentos se sucedam a esmo. Prova definitiva disso é o fato de que as autoridades encarregadas do gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do Piracicaba tenham encomendado sucessivos estudos ambientais sobre a região à unidade de Monitoramento por Satélites da Embrapa [Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento - Cnrm]. Também a mesma entidade de pesquisa foi encarregada pelo Ibama de realizar os estudos preliminares para o estabelecimento da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Camanducaia [Apa-Camanducaia], ainda em fase de implantação.

O que ainda não foi feito é isso que aqui se propõe, a realização de um estudo geográfico e geoecológico integrado e abrangente da área, em escala de detalhe, que comece a partir das terras úmidas do baixo Camanducaia, e que a seguir se prolongue em direção às terras mais altas, onde estão suas nascentes.

Por que se optou por ir da foz à nascente, e não ao contrário? Porque: 1- A região submetida a maior impacto é a do baixo Camanducaia; é justamente ela que precisa de mais urgentes questionamentos e soluções; 2- Ela congrega a mais significativa atividade econômica da bacia, e é a mais próxima da capital regional, Campinas, o que a transforma em vítima natural da expansão metropolitana; 3- Reúne condições ideais de pesquisa, na medida em que estão disponíveis dados de várias instituições e estações pluviométricas, climáticas e ambientais, e de unidades de pesquisa na área de Sociologia, Geo-processamento e Agronomia [o Instituto Agrônomo de Campinas, para citar apenas um exemplo, tem mais de cem anos de dados climatológicos registrados, assim como também levantamentos edafológicos altamente detalhados]; 4- Dispõe de dados de qualidade no tocante a registros cartográficos e historiográficos.

As fontes institucionais principais de informação para a constituição da base cartográfica que informará a pesquisa serão constituídas por:

a] arquivos cartográficos do Departamento de Pedologia e da Biblioteca do Instituto Agrônomo [IAC];

b] bancos cartográficos virtuais do Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento [Embrapa-Satélite];

c] arquivos das Prefeituras Municipais de Holambra, Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, onde estão mantidas, sob constante atualização, as cartas em detalhe e semi-detalhe que registram as alterações da paisagem local.

Dessa maneira, o estudo inicial da microrregião do baixo Camanducaia permitirá o desenvolvimento de instrumental de pesquisa e gestão regional que poderá ser proficuamente utilizado nas microrregiões do médio e do alto Camanducaia. Simultaneamente, será buscado o envolvimento de jovens pesquisadores no projeto, de forma a não somente ampliar o leque das disciplinas envolvidas, como também garantir a continuidade do Projeto Camanducaia pelo maior período de tempo necessário e possível. Esse será, vale repetir, o início de um projeto de longa duração com o qual não somente as comunidades locais terão a ganhar, mas também a pesquisa acadêmica como um todo.

Atualmente, as cidades de Jaguariúna e Holambra se transformaram em centros de produção e pesquisa de produtos de alta tecnologia nas áreas de telefonia, computação, medicamentos e biotecnologia. A área de turismo representa, igualmente, uma atraente fonte de recursos para a população local e para empresas nacionais e estrangeiras do setor, com um parque hoteleiro em rápida expansão.

Todo esse desenvolvimento aconteceu em um período de tempo muito curto, de não mais de duas décadas. A população local saltou de cerca de dez mil habitantes para quase trinta mil, nesse exíguo espaço de tempo. O fluxo de novos habitantes foi engrossado também pela proximidade de Campinas: o grande centro regional do leste paulista está apenas a pouco mais de vinte quilômetros de Jaguariúna e trinta de Holambra, que se tornaram um destino muito procurada para a construção de loteamentos e condomínios de alto padrão, atendendo à procura de qualidade de vida pelas novas elites de Campinas.

Apesar de ter contado com administrações municipais que foram, de maneira geral, eficientes e zelosas ao longo dessa expansão, o impacto ambiental deletério do processo começa a se anunciar para um futuro próximo. De uma certa maneira, a principal vítima desse provável desastre ambiental será o Rio Camanducaia, justamente um dos principais e mais limpos cursos d'água da bacia do Piracicaba, o mais importante afluente do Tietê.

Não menos importante é a bacia do Camanducaia para os vizinho municípios de Holambra e Jaguariúna. A cidade de Holambra depende integralmente de água captada de mananciais situados no município de Jaguariúna, o que cria importantes questões de ordem administrativa e ambiental. Pelas previsões de funcionários das prefeituras locais, em breve a água desses mananciais será insuficiente para as necessidades, o que obrigará à captação direta no próprio curso principal do rio, que recebe a montante todo o esgoto da cidade de Amparo e parte do esgoto da cidade de Jaguariúna.

O gerenciamento eficiente de uma bacia hidrográfica, o planejamento racional de sua ocupação, é claro, passam pelo conhecimento dos elementos físico-bióticos que a compõem. Portanto, o presente projeto pretende propor descrição, análise e síntese sociológica e geográfica dos processos de assentamento nas terras úmidas do baixo Camanducaia. A relevância desse trabalho é evidenciada pelo fato de que, além de Holambra pretender passar a utilizar o Camanducaia como fonte de água potável, esse rio

é responsável por grande parte do volume de água que compõe, primeiro, o Piracicaba, e a seguir, o Tietê.

O Projeto Camanducaia tem como meta a realização de um estudo de longa duração sobre a Geografia Humana e a Geoecologia regionais das terras úmidas da bacia do rio Camanducaia. Um de seus aspectos centrais é a realização de estudos sistemáticos de campo, de forma simultânea e integrada com a pesquisa teórica, bibliográfica, e documental.

Não basta, sob esse ponto de vista, a análise de documentos e dados coletados por variados autores e agências ao longo do tempo. Propõe-se mais: o cotejo dessa informação arquivística com o conhecimento gerado pelo estudo de campo a respeito da sociedade e da paisagem locais. Propõe-se que seja essa a melhor e mais integrada forma de gerar conhecimento sociológico, na esfera regional, a respeito dos variados processos de exploração e assentamento que se sucederam ao longo do tempo. Quatro são os focos de atenção da pesquisa empírica:

- 1- A geoecologia humana, vegetal e animal, de origem espontânea e antrópica, em sua relação com as redes de drenagem;
- 2- A distribuição dos solos em sua relação com os cenários de ocupação humana, e a sua cognição valorativa e exploração pelas comunidades locais;
- 3- Os aspectos mais relevantes da ocupação humana [como propriedades e edifícios históricos, sistema viário, organização espacial dos vários níveis de assentamento] em sua relação com os aspectos físico-bióticos da paisagem. Dentro desse campo, será dada importância especial à distribuição e ao estudo de edifícios de culto religioso [igrejas e capelas], já que uma das hipóteses do presente projeto é de que os edifícios e locais de interesse religioso são importantes marcadores de paisagem, de extrema relevância para a compreensão dos processos locais de assentamento humano, e de criação de lugares centrais.
- 4- A articulação e a distribuição de cada etapa do Projeto na forma eletrônica e interativa, de forma que se possa também avançar no campo dos estudos da Comunicação Mediada por Computador, ainda muito pouco utilizado na Geografia. Eles serão, evidentemente, articulados em um todo integrado que valorize a compreensão dos processos de interação mútua, e da organização espacial de suas dinâmicas específicas. Isso permitirá, portanto, a apresentação do produto na forma de uma contribuição ao campo dos estudos regionais da área de contato entre a Depressão Periférica e a Mantiqueira, no interior da qual a região de Campinas tem particular e extraordinário interesse.

Os produtos gerados pela pesquisa ora proposta serão apresentados, simultaneamente, na forma de um banco cartográfico temático, elaborado em grandes escalas [detalhe e semidetalhe, que acumule, apresente e processe dados a respeito da temática geográfica e geoecológica, e de artigos sucessivos que analisem o trabalho feito a cada passo. Esse Projeto Camanducaia, desenvolvido sob a ótica da Geografia Regional e da Geoecologia Humana, representará a primeira contribuição realmente sistematizada, no campo local e regional, para a visualização e a análise das interações complexas existentes entre as diferentes forças que atuam na e sobre a paisagem da bacia do rio Camanducaia.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A.N. *Paleoclimas e especiação em animais da América do Sul tropical* – ,Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, USP, 1986

BIGARELLA, J.J.; ANDRADE LIMA, D. *Paleoenvironmental changes in Brazil – in Biological Diversification in the tropics* – Guillelan Prance [ed.], Columbia University Press, 1982

BIRKS, H.J.B.; BIRKS, H.H. **Quaternary Paleocology**. Baltimore: University Park Press, 1980

LIMA, R. P. T. L. *A cidade racional* - Centro de Pesquisas em História da Arte e Arqueologia, Unicamp, 1998

PEDROSO, M. F. *Arquitetura das fazendas de café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930* . Dissertação de mestrado. Unicamp, 1998

SANTOS, A. C. **Campinas, das origens ao futuro - Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá** .Campinas.: Edit. UNICAMP, 2002

Sumário

O rio Camanducaia faz parte da bacia do Piracicaba, e é um de seus principais formadores, juntamente com os rios Jaguari e Atibaia. Nascido na Serra da Mantiqueira, em Toledo [MG], ele tem quase todo o seu curso dentro do estado de São Paulo. Atravessa uma região de grande densidade populacional, com cidades de porte considerável e intensa atividade econômica, como Amparo, Pedreira e Jaguariúna. Tendo sido criada por lei a APA do Camanducaia, ela ainda não foi implantada de forma definitiva, o que dificulta um gerenciamento eficiente do impacto antrópico exercido sobre a bacia. A pesquisa pretende descrever e analisar os cenários de assentamento humano nas terras úmidas da microbacia do baixo Camanducaia, área que está passando por um processo de intensa transformação. Pretende-se, sob a égide unificadora da Geografia Humana, realizar uma análise que integre os aspectos geo-sociológicos, geo-ecológicos e geo-históricos da região.

Unitermos:- Geografia Regional - Geoecologia Humana - Cognição da Paisagem - Comunicação Mediada por Computador.

*Docente do Depto.de Geografia, IGCE/UNESP, Rio Claro; Pesquisador Associado, Centro de Memória/UNICAMP, Grupo de Estudos sobre o Patrimônio Cultural da Engenharia e da Arquitetura/ GEPCEA)